

Dois meses das Jornadas Nacionais de Lutas mostraram as potencialidades que a atual conjuntura tem para a ação das forças de oposição. Mas há limitações políticas e organizativas que devem ser vencidas para se avançar numa campanha política de massas pelo fim do governo FHC.

No 1º de Maio encerrou-se o primeiro ciclo de mobilizações deliberado no Fórum Nacional de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania. O calendário de mobilizações começou no 26 de março com um Dia Nacional de Lutas e foi seguido dos atos realizados pelo MST marcando os três anos do massacre de Eldorado de Carajás e do dia nacional de luta pela reforma agrária organizado pela Contag, quando realizou simultaneamente 60 ocupações de terra em todo o país. Em 20 de abril aconteceu uma importante manifestação dos partidos de oposição e da CUT no Rio de Janeiro e, em 21 de abril, em Ouro Preto (MG), ocorreu a que provavelmente foi a maior manifestação do período, convocada pelo governo Itamar e todo o campo de oposição. Em 30 de abril, houve um segundo Dia Nacional de Lutas e o 1º de Maio teve, afora os inúmeros atos ocorridos pelo país afora, duas referências importantes, uma grande manifestação em São Paulo e outra no Rio Grande do Sul, na fronteira de Brasil e Uruguai, organizada pela CUT com centrais do Cone Sul.

Esse processo de mobilizações foi deflagrado na esteira da crise cambial de janeiro, quando ficou evidente o descalabro econômico provocado pelo governo FHC. A reivindicação de amplos setores da esquerda por uma campanha de "Fora FHC!" dialogava com a comoção causada pela descoberta do estelionato eleitoral de 1998. A descrença no governo atingiu níveis nunca vistos, ao mesmo tempo que o país atravessava uma crise econômica que nenhum prognóstico conseguia esclarecer quando e aonde iria terminar. A situação social estava se agravando rapidamente.

O desafio dos partidos de oposição e dos movimentos sociais era transformar em uma única campanha e em um único movimento todas as energias opositoristas que a nova conjuntura liberava. Foram feitos



NOVA FASE NA LUTA CONTRA FHC

esforços importantes no sentido de unificar calendários. Mas, o balanço que fica é ainda o de um conjunto de iniciativas fragmentárias e não um movimento unificado.

Com o apoio do FMI e novos estímulos ao capital especulativo para financiar ao

Brasil, o governo FHC conseguiu um "respiro" no terreno da economia. Apesar de todas as fragilidades evidentes, imediatamente toda a mídia iniciou uma campanha procurando convencer a população de que a crise acabou. Com isso o bloco conservador

tenta esvaziar um dos alicerces da campanha contra o governo.

Como era esperado, o governo, para tirar a economia da crise, aprofunda a crise social. Tão grave como a crise cambial de janeiro-fevereiro são, agora, a disparada do desemprego (já no patamar de 20% nas regiões metropolitanas), os novos cortes no orçamento para gastos sociais e o mísero reajuste de R\$ 6,00 no salário mínimo — que sinaliza tempos de aprofundamento do arrocho salarial.

Porém, para transformar a crise social em problema político é necessário que a esquerda dê organização e orientação política ao desespero. Caso contrário, não se ultrapassa o terreno do mal-estar social, do assistencialismo e das explosões de raiva episódicas. O Tribunal da Dívida Externa começa a definir uma plataforma mais unificada da oposição à FHC. Outro dado novo é colocado pela CPI do Sistema Financeiro. A descoberta que as perdas causadas ao Tesouro pelas barbeiragens com a política cambial fizeram parte de um acerto entre autoridades monetárias e banqueiros para transformá-las em ganhos para certos bancos mostrou, uma vez mais, que "o mercado", do qual falam os neoliberais, não existe. O que há é o assalto privado de grandes grupos capitalistas aos cofres públicos.

A crise social e o escândalo do sistema financeiro pode fornecer combustível suficiente para as mobilizações. Mas falta criar um eixo político que articule as diversas iniciativas que devem ser estimuladas. Na esteira das resoluções da CUT e do PT o Fórum acabou assumindo a palavra de ordem "Basta de FHC, Fora FMI". Isso reforça a postura de oposição não só à política econômica neoliberal, mas também de rechaço frontal ao governo FHC.

Organizar e mobilizar os setores mais afetados pela crise social, denunciar as falcatruas do governo e mostrar as fragilidades da situação econômica e os custos sociais da resposta de FHC-FMI são o caminho para a construção de um movimento para por fim ao governo FHC. Acertada essa política, será necessário passar das iniciativas estaduais que marcaram o primeiro ciclo da Jornada Nacional de Lutas, para uma iniciativa unificada nacional em Brasília, que faça ecoar na conjuntura o "Fora FHC!".

OS EDITORES

TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA

O Tribunal da Dívida Externa reuniu-se nos dias 26 a 28 de abril, no Rio de Janeiro. 1.200 pessoas das diferentes regiões do país e convidados(as) internacionais participaram de quatro sessões, que debateram o sistema financeiro internacional, o endividamento brasileiro, casos exemplares de endividamento de outros países e ações para superar a crise do endividamento brasileiro.

Contando com uma ampla representação da esquerda e da sociedade civil democrática (CNBB, CMP, MST, entre outras entidades), o

Tribunal constatou a grave situação vivida pelo país. Dez anos de política neoliberal produziram um quadro desastroso, que se agravou sob o governo FHC: a dívida externa brasileira passou de US\$ 148 bilhões em 1994 para US\$ 235 em 1998, período em que foram pagos US\$ 126 bilhões aos credores externos.

O Tribunal aprovou um veredito mais contundente que o conjunto de medidas para o rechaço da dívida externa assumido, na década de 1990, no Brasil: um apelo à união dos povos pelo cancelamento geral e irrestrito das dívi-

das externas dos países de baixa renda mais endividados e a devolução das riquezas que lhe foram pilhadas; a auditoria de todo o processo de endividamento brasileiro; uma moratória soberana, com o rompimento do acordo com o FMI; o firme controle do câmbio; a renacionalização e democratização de empresas estratégicas; e renegociação das dívidas de estados e municípios. Além disso, reforçou a participação na Campanha Jubileu 2.000 do Conselho Mundial de Igrejas e na ATTAC.

É a base fundamental para uma plataforma democrática e popular para a sociedade brasileira, que o conjunto dos partidos de esquerda deve agora assumir como seu programa.

NESTA EDIÇÃO

ITAMAR E GAROTINHO

Juarez Guimarães e Alcibiades Teixeira analisam a situação de dois dos mais importantes governos de oposição do país.

PÁGINAS 5 E 6

DOSSIÊ: O TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA E A SITUAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA. PÁGINAS 7 A 11

EMIR SADER APRESENTA O LIVRO *DEMOCRACIA E MARXISMO: CRÍTICA DA RAZÃO LIBERAL*. PÁGINA 16



PARAGUAI: INGERÊNCIA ESTRANGEIRA E LUTA POPULAR

Fim da transição conservadora, ruptura democrática? Essas interrogações surgem após os acontecimentos de março que abalaram o Paraguai e a mobilização popular de milhares de jovens e trabalhadores, que pôs fim ao governo de Cubas Grau e obrigou o ex-general Lino Oviedo a fugir. O saldo provisório da batalha é trágico: sete mortos, duzentos feridos a bala e dez desaparecidos.

Enquanto isso, se ensaia um inédito governo de "unidade nacional" que inclui a oposição parlamentar. Porém, o desfecho da "crise paraguaia" não pode ser entendida sem o papel ativo dos EUA, Brasil e Argentina.

O analista Carlos Martini resumiu o argumento da ingerência estrangeira no Paraguai: "Sua democracia é institucionalmente tão débil que sua continuidade depende completamente das pressões externas". Porém, a chave para que esta ingerência tenha se acelerado, está na resistência das massas e no massacre que as hordas de Oviedo desataram em 26 de março. Até esse momento, os governos do Mercosul e dos EUA limitavam-se a exercer uma diplomacia de negociação.

A partir desse momento começou a funcionar a "cláusula democrática". (Em 1996, quando Oviedo tentou um golpe de Estado contra o presidente Wasmosy, os governos do Mercosul incluíram no Tratado uma "cláu-

sula democrática" na qual se acorda que qualquer "ruptura institucional" implicará na separação automática do país em questão). Todo o peso dos EUA e de seus fieis aliados do Mercosul, da União Européia e o representante do Vaticano se pôs em campo para exigir a renúncia a Cubas Grau e garantir o exílio de Oviedo. Para os norte-americanos, era fundamental limitar às negociações de Oviedo com o contrabando e o narcotráfico e começar a implementar algum tipo de fiscalização nas questões políticas e econômicas paraguaias.

Por primeira vez em cinquenta anos o monopólio exercido pelo Partido Colorado sobre a política do país parece ter sido quebrado. Criaram-se as condições, sob a tutela estrangeira, para a constituição de um governo de "unidade nacional", presidido por Luís Gonzales Macchi do Partido Colorado e onde se incorporaram o burguês Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e o socialdemocrata Partido Encontro Nacional (PEN). Nesse projeto de "conciliação", buscaram-se agregar setores sociais como a Central Unitária dos Trabalhadores (CUT) e a Federação Nacional Camponesa (que reivindica o perdão da dívida dos camponeses). Mas o governo já disse não contar com "recursos econômicos" para satisfazer as demandas sociais.

A exigência de um governo de "unidade nacional", feita pelos governos dos EUA e o Mercosul, coloca ainda mais incertezas sobre compromissos de difícil realização. O movimento popular, principal ator da ruptura democrática, continua vigilante de seus direitos democráticos e dispostos a cobrar a dimensão social de sua vitória. Após a batalha de março, voltar atrás parece improvável.

Ernesto Herrera

Brasil: outros 500 anos

Uma caminhada com mais de 3 mil pessoas pelo centro histórico da cidade de Salvador, Bahia, no dia 19 de abril marcou o primeiro momento do lançamento nacional da Campanha "Brasil 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular". A Campanha é organizada por entidades como a CUT, CMP, MST, organizações indígenas e do movimento negro.

O segundo momento aconteceu no dia 22 de abril, em Porto Seguro, e mais uma vez mostrou o autoritarismo de ACM e do governo baiano. O ônibus que trazia representantes de entidades negras de Salvador

foi detido por uma blitz policial durante uma hora e meia na rodovia BR 101. Em Porto Seguro, 900 pessoas, incluindo representantes de 13 aldeias Pataxó e Pataxó Hã Hã, concentraram-se no trevo do Cabral. Ao mesmo tempo acontecia um ato solene com as presenças de ACM, Paulo Souto, governador da Bahia César Borges, o Ministro de Esportes e Turismo, Rafael Greca, e o presidente da Funai, Márcio Lacerda. A polícia militar tentou evitar que os/as manifestantes se aproximassem do palanque, agredindo mulheres e homens, tomando faixas e mesmo detendo um dirigente sindical. As autoridades acudadas pelas vaías deixaram rapidamente o local.

Miriam Nobre

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Nesta edição, os textos preparatórios da 5ª Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista do PT.

NOTAS

PROGRESSISTAS RETOMAM A CNBB

A 37ª Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi palco de uma dura disputa entre progressistas e conservadores, com uma importante – mesmo que apertada – vitória dos primeiros. É mais um sinal de retomada de espaços políticos pela esquerda no país e poderá ter efeitos importantes ao oxigenar o trabalho feito pelos setores de católicos comprometidos com as lutas populares.

A disputa pela presidência da CNBB é tradicionalmente um evento discreto e, como tudo na hierarquia da Igreja Católica, o principal acontece nos bastidores. Este ano, porém, a luta entre progressistas e conservadores foi escancarada. "Bateram chapa publicamente", resume o padre Benedito Ferraro, teólogo de esquerda e coordenador

"Frente ao que se avizinhava, o resultado foi positivo para os setores de pastorais sociais, que articulam fé e vida, que compreendem o Evangelho articulado com a vida do povo, que defendem a luta pela reforma agrária, o compromisso com os trabalhadores" avalia o padre Ferraro.

Os progressistas conseguiram eleger o presidente e o vice-presidente da CNBB e ocuparam grande parte dos espaços do Conselho Episcopal Pastoral (CEP), órgão responsável pelas pastorais que trabalham diretamente com o povo organizado. Entre os cargos importantes, permaneceu com os conservadores a Secretaria Geral da CNBB.

Apesar dessas vitórias, o quadro não é definitivo. Por primeira vez, a disputa pela presidência da CNBB chegou ao 3º escrutínio sem maioria de 2/3 dos votos. D. Jayme foi eleito por maioria simples, teve 146 votos contra 122 de d. Cláudio. Os conservadores ainda



da Pastoral Operária da região de Campinas (SP).

A ala progressista lançou a candidatura de d. Jayme Henrique Chemello, bispo de Pelotas (RS). Ele fora derrotado na mesma disputa, quatro anos atrás, pelo conservador cardeal d. Lucas Moreira Neves, arcebispo de Salvador (BA). Na época isso foi visto como uma importante guinada à direita na cúpula da Igreja Católica. Na ocasião d. Jayme foi eleito vice-presidente, o que lhe permitiu tempos antes da assembléia, assumir a presidência, quando d. Lucas foi promovido a um cargo em Roma. Já os conservadores foram representados por d. Claudio Hummes, cuja candidatura fora lançada há mais de um ano pelo reacionário arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales.

reapresentaram d. Cláudio na disputa pela vice-presidência, sofrendo nova derrota.

O documento de análise de conjuntura utilizado no início na assembléia contém fortes críticas ao modelo econômico de FHC. A resposta do presidente da República seguiu o figurino da ditadura militar brasileira questionando o direito dos bispos falarem sobre política e economia. A mensagem final aprovada pela assembléia, "Vida com dignidade e esperança", manteve o tom crítico crítico, questionando a falta de reforma agrária, os cortes das verbas sociais, a dívida externa, a flexibilização de direitos trabalhistas. Não é pouca coisa para estes tempos que vivemos.

Da redação

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA. - RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000 - FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550

E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).

EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, JOAQUIM SORIANO, GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS. TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL.

BASTA DE FHC E DO FMI

REUNIDO EM SÃO PAULO, NO DIA 11 DE ABRIL, O DIRETÓRIO NACIONAL DO PT APROVOU UMA RESOLUÇÃO INTITULADA "EM DEFESA DO EMPREGO E DA DEMOCRACIA, CONTRA A RECESSÃO E O AUTORITARISMO NEOLIBERAL", QUE INCORPORA A PALAVRA DE ORDEM "BASTA DE FHC E DO FMI". REDIGIDA POR UMA COMISSÃO COMPOSTA POR PESSOAS DE DIFERENTES TENDÊNCIAS DO PARTIDO, ELA REPRESENTA UM IMPORTANTE AVANÇO NA COMPREENSÃO DO PT DA CONJUNTURA E DAS TAREFAS COLOCADAS, DESTACANDO A LUTA PELO FIM DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE. A SEGUIR EXTRATOS DA RESOLUÇÃO.

paz de colocar na ordem do dia um novo modelo social e econômico para o Brasil. Este modelo só será viável tendo como condutor um novo governo comprometido com a verdadeira democracia, com os interesses populares e legitimado por um consenso majoritário na sociedade.

PLATAFORMA SOCIAL

Contra a recessão, rompimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional, retomada do desenvolvimento com geração de emprego e renda e defesa de políticas sociais emergenciais para combater a exclusão e a miséria, renegociação do valor da dívida externa e reescalonamento do seu pagamento, solidariedade ao movimento internacional pelo cancelamento da dívida dos países pobres; (...)

PLATAFORMA DE LUTA DEMOCRÁTICA E INSTITUCIONAL

Denúncia das medidas autoritárias e ilegais que ferem a Constituição e o Estado Democrático de Direito e constroem os poderes Legislativo e Judiciário;

Exigência de investigação completa das denúncias de irregularidades, principalmente no sistema financeiro, repúdio a qualquer tentativa de transformar as CPIs em farsa ou meros instrumentos de uso político e recuperação da bandeira de defesa da ética política;

No plano institucional, contrapondo-se às iniciativas do governo e sua base no Congresso, o Partido dos Trabalhadores deve apresentar propostas e projetos capazes de recolocar nas mãos do Partido a iniciativa política. Com esse objetivo deve, entre outras iniciativas, propor um projeto democrático de reforma no Poder Judiciário, um projeto de reforma tributária e de repactuação da Federação e um projeto de reforma política. A Bancada Federal do Partido dos Trabalhadores deve agir no sentido de levar para dentro do Congresso Nacional a agenda do movimento social e

da sociedade ao mesmo tempo em que deve se deslocar para prestar apoio e solidariedade aos setores sociais que sofrem as consequências mais graves da política econômica do governo;

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT APROVA A ORIENTAÇÃO DE LUTAR PELO FIM DO GOVERNO FHC.

DOCUMENTO



O Diretório Nacional orienta as direções estaduais, mantendo a unidade de ação do campo oposicionista, a organizarem manifestações e atos públicos contra o Fundo Monetário Internacional e o governo Fernando Henrique Cardoso;

Diante das iniciativas e pronunciamientos tomados por diversas entidades democráticas da sociedade civil, particularmente do movimento sindical e popular, como por exemplo a Central Única dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores delibera pela incorporação às resoluções anteriores dos seguintes

eixos de mobilização:

- Basta de FHC e do FMI;
- Em defesa do emprego;
- Em defesa dos salários;
- Por uma efetiva reforma agrária;
- Pela elevação do salário mínimo.

Em torno destes eixos promoverá uma campanha sistemática de propagação e mobilização, em âmbito nacional, estadual e municipal, cuja responsabilidade de execução cabe a todas as instâncias do partido, em todos os níveis.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores



O Presidente FHC, além de agredir autoritariamente o pacto federativo, com a política de extorsão aos Estados – subjugado que está pelos acordos com o FMI – passa a defender as ilegalidades flagrantes cometidas em favor de banqueiros. Crescentemente o presidente Fernando Henrique Cardoso desnuda-se moralmente perante a população e apresenta-se sem disfarces como gestor político interno do capital financeiro globalizado. Esta postura soma-se às articulações da base parlamentar governista, que através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que é pura simulação política, pretende retirar da discussão pública o debate sobre o fracasso do modelo e as graves irregularidades cometidas pelos gestores financeiros do governo, agora com a cumplicidade explícita do presidente.

O presidente Fernando Henrique Cardoso está atuando à margem do Direito e contra os interesses do país, que são formalmente definidos na Constituição de 88. Nosso Partido deve convocar as oposições democráticas e as instituições da sociedade civil para responsabilizá-lo pela crise e pela deterioração das condições mais elementares e para afirmar um projeto de nação.

O fato de que segmentos da sociedade já estejam levantando o fim do governo Fernando Henrique Cardoso – por meios democráticos e constitucionais – está vinculado a uma situação econômica e institucional provocada pelo próprio Presidente.

Todos os nossos objetivos setoriais, enquanto força de oposição, devem estar integrados e subordinados ao objetivo mais geral, de enfraquecer a capacidade de manobra do governo para impedir a continuidade das suas reformas neoliberais, formando um bloco de forças sociais que se constitua como alternativa para disputar os rumos do país.

Isso significa que, ao lado das propostas alternativas contrapostas ao modelo neoliberal, devemos denunciar por todos os meios lícitos a ilegitimidade de seu governo e consequentemente da sua gestão política do país. (...)

Assim, a oposição ao governo e ao modelo econômico deve estar respaldada numa plataforma de defesa dos interesses da sociedade, construindo um amplo movimento social e político ca-

"A ÚNICA ESPERANÇA É O FIM DO GOVERNO FHC"

Avenzoar Arruda, deputado federal pelo PT da Paraíba interveio em 17/03/99 no plenário da Câmara Federal para fundamentar a campanha pelo "Fora FHC!". Transcrevemos a parte conclusiva do seu pronunciamento:

"A pergunta que fazemos é a seguinte: é ou não possível antecipar o fim do governo Fernando Henrique, atendendo ao apelo das ruas que já gritam fora FHC?"

Nós pensamos que é possível, até porque ninguém vai querer carregar um governo cadavérico por quatro anos. E se é possível, quais são as possibilidades? A primeira e a mais simples seria a renúncia.

Seria um gesto de grandeza do presidente, vendo que o povo está sofrendo muito e que ele é o culpado, então ele renuncia, junto com sua equipe, para possibilitar a formação de um novo governo.

Teríamos aí uma saída tranquila: Novas eleições e um novo governo. Fazemos aqui um apelo para que o presidente pense nas crianças famintas, filhas de desempregados,

nas pessoas morrendo de fome em todos os cantos desse país, pense que ele já não governa mais e assim deve renunciar para ajudar o país a sair da crise. Mas se a arrogância do presidente não o permitir ter este gesto de grandeza, aí vamos ter um confronto de alternativas: Ou o povo vai às ruas para afastar o governo, ou a elite costura um acordo por cima através de um parlamentarismo de fachada.

Nesse contexto não haverá espaços para quem quer salvar o governo Fernando Henrique. Chegada essa situação ele estará liquidado, e avaliamos que nós estamos caminhando para isto. A nossa opção é muito clara, vamos para as ruas preliminarmente pedir a renúncia, mas se ela não vier, saberemos exigir a mudança de governo. No último final de semana, uma plenária de representantes dos servidores públicos aprovou um plano de metas para mudar o governo. Os servidores sabem que com este governo eles não têm esperanças, e eu acho que ninguém pode ter esperanças com este governo.

Nenhuma promessa de campanha foi cumprida, não há mais como esconder do povo que o governo mentia, e mentia muito, durante a campanha eleitoral.

O governo prometeu estabilidade econômica e agora não temos nem a estabili-

dade dos preços; o governo prometeu gerar empregos e o que vemos é o desemprego ser acelerado.

Fernando Henrique já é hoje o pior presidente da história da república, o mais enganador e o mais subserviente aos interesses do imperialismo norte-americano.

Quem luta pela reforma agrária sabe que ela não virá com esse governo, quem luta por educação pública e gratuita para todos sabe que ela não virá com esse governo, quem luta por saúde pública e universal para todos, sabe que ela não virá com esse governo e quem luta por um salário digno para os trabalhadores sabe perfeitamente que enquanto Fernando Henrique estiver na presidência, os salários vão continuar diminuindo.

É por isso que a única esperança é o fim do Governo Fernando Henrique.

O povo já começou a pedir o fim do governo Fernando Henrique, e a tendência é o movimento ganhar as ruas nos próximos meses.

Alguém poderá perguntar, por quais meios podemos mudar o governo se o mesmo não quer renunciar? Ora, o povo na rua encontrará o caminho, a história está cheia de exemplos."

Avenzoar Arruda

MODELO DE ESTADO REPROVADO

O NOVO ESTADO
DEFENDIDO POR FHC
PASSOU POR UM DURO
EMBATE COM A
SOCIEDADE E FOI
REPROVADO.

WALTER PINHEIRO

O governo FHC, na reformulação neoliberal do papel do Estado, trabalhou com um conjunto de políticas que pensava consolidar mantendo o pleno domínio do Estado brasileiro por 20 ou 25 anos. A abertura da economia, atendendo as demandas pela internacionalização do mercado interno, a quebra de barreiras e a eliminação de monopólios, a possibilidade crescente de absorção do novo padrão tecnológico externo, mexeriam com a economia, oferecendo novas frentes de acumulação para o capital.

Os servidores públicos tem resistido ao projeto neoliberal e é preciso quebrar a espinha dorsal dessa resistência, destruindo parte dos sindicatos e as formas de organização do funcionalismo, basicamente através do fim da estabilidade no serviço público. A política do governo tem, além disso, procurado enfraquecer os servidores através do arrocho salarial e do desestímulo à sua continuidade no serviços público. Isso precarizou as relações de trabalho e, de certa forma, desprofissionalizou a estrutura pública. A vida do capital é, dessa forma, facilitada não só pela oferta de negócios, mas também de facilidades. A nossa estrutura de fiscalização e combate à sonegação, por exemplo, é ineficiente: os dez maiores pagadores de ICPMF não pagam imposto de renda. Não temos uma estrutura capaz de fiscalizar e punir neste campo, fundamental para qualquer Estado garantir uma capacidade arrecadadora superior.

FALÁCIAS

O governo argumenta que a venda das empresas estatais significaria a possibilidade de arrecadar os dólares necessários para cumprir compromissos de pagamentos de juros na lógica de estimular cada vez mais o ingresso do capital; a queima de patrimônio serve para honrar parte dos serviços da dívida. Em segundo lugar, afirma que não tinha mais capacidade de investir nestes setores de infra-estrutura, o que provocava a queda da qualidade e da oferta de novos serviços no Brasil; era importante vender, dizia o governo, para poder permitir que o capital venha e faça novos investimento. E o governo argumenta que isso abriria um processo de competição que resultaria, cada vez mais, em melhorias para o próprio consumidor, com redução de preços e tarifas, universalizando serviços de energia, telecomunicação, infra-estrutura etc.

Todas essas falácias começam agora a mostrar sua face real. O governo se des-



fez do patrimônio e os recursos captados com sua entrega ao capital privado não foram e não seriam, de forma nenhuma, capazes de cobrir o déficit público. Com uma simples variação cambial no mês de janeiro, o déficit cresceu em US\$ 42 bilhões, preço suficiente para comprar duas Telebrás. Se fizermos à avaliação do crescimento do período vão para mais de US\$ 100 bilhões, o que daria para comprar cinco Telebrás. O preço de venda destas empresas foi subavaliado e o resultado obtido com a venda da Vale, Telebrás, parte do setor elétrico do estado, etc., não permitiu que o governo pudesse saldar a sua dívida.

Do ponto de vista dos investimentos, as empresas que adquiriram patrimônio público tem feito poucos investimentos e tem buscado recursos no banco BNDES; os recursos público estão sendo utilizado para investimentos numa área que o Estado, segundo o nosso governo, deveria estar fora. Na venda do sistema Telebrás, o BNDES comprou 25% de uma das empresas. Agora abre uma linha de financiamento que deve chegar a R\$ 2,5 bilhões, para permitir que novas indústrias se estabeleça aqui. Não apenas não tivemos esse boom, apesar da disputa em determinadas áreas, como tivemos problemas sérios: as companhias elétricas e telefônicas não tem investido como o governo anunciava.

A abertura, a destruição do parque de infra-estrutura e a venda deste patrimônio teve também reflexo imediato em dois outros setores, que são braços da área de infra-estrutura. Empresa como a Light do Rio ou a Telesp de São Paulo são operadoras de um complexo muito mais amplo, que tem dois outros ramos: o braço industrial e o braço tecnológico. Com essa política, o governo sepultou a nossa capacidade industrial e de produção tecnológica. Na medida que uma companhia espanhola, francesa, canadense, americana, adquire uma estatal no Brasil, essas empresas passaram a se relacionar com os braços industriais ligados as suas matrizes. A indústria nacional que sobrevivia orbitando em envolta do setor elétrico, do setor das telecomunicações, do petróleo começa en-

frentar dificuldades para continuar existindo. O grande braço operador promove uma substituição acelerada de fornecedores, favorecendo a indústria americana, francesa, canadense, sueca, espanhola, japonesa. Isso nada tem a ver com competitividade, mas deriva fundamentalmente das relações interindustriais das grandes corporações transnacionais.

Outro reflexo disso é a política tecnológica. O governo foi sucateando nossa capacidade de investimento nesta área, não há abertura de novos créditos para tentar incentivar ou estimular a produção científica e tecnológica no Brasil, como observamos pelo esvaziamento das universidades. No caso específico dos setores das teles, temos a completa destruição do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Sistema Telebrás, situado em Campinas. No campo industrial você parte do princípio da aquisição, mas aqui você fica na completa e permanentemente na dependência do conhecimento desta tecnologia, que não nos é vendida; nós ficaremos eternamente pagando por esse tipo de tecnologia que estamos adquirindo lá fora. É uma aprisionamento eterno.

AS REAÇÕES DA SOCIEDADE E A POLÍTICA DA ESQUERDA

O governo afirmava que a privatizações produziram melhorias na quantidade de acesso e na qualidade do serviço, bem como um certo nível de universalização, mas tudo isso está se revelando uma mentira. A quantidade de acesso até aumentou, mas aumentou trazendo transtornos para a população — no setor elétrico com cortes periódicos de fornecimento e mesmo com o apagão. Cidades como São Paulo e determinadas regiões do país ficaram mais de 3 a 4 horas apagadas, causando prejuízos enormes para economia e para os cidadãos.

A qualidade dos serviços telefônicos, o atendimento em particular da Telefônica em São Paulo, terminou se tornando um grande problema, não só aí como no norte do país, (Amazonas, no Nordeste). As empresas não fizeram aqueles in-

vestimentos pesados que prometiam; elas pegaram a planta existente e tentaram fazer uma ampliação de forma atabalhoada, um crescimento sem as condições para essas ampliações. E são as empresas que entraram demitindo pessoas qualificada e contratando terceirizados e quarterizando, que fornecem os serviços sem nenhum grau de conhecimento da planta existente, sem uma formação capaz de tocar os serviços.

Tudo isso esta gerando na opinião pública uma reação enorme. O que foi prometido como sendo algo vantajoso para a sociedade terminou se revelando algo nefasto e ela está percebendo claramente isso.

Há, por parte da sociedade, um anseio enorme por algo em que ela possa acreditar, existem claramente colocadas possibilidades de denúncia e de construção de alternativas. Elas têm que ser vislumbrada e ao mesmo tempo construídas. O PT tem que se credenciar para isso. O partido tem, nesta crítica, que apresentar um caminho que resgate o país, que retome a produção industrial, que incentive nossas universidades e a pesquisa, que articule isso com a retomada da produção agrícola combinada com a política de reforma agrária. A exigência da prestação de serviço de qualidade está associada a uma intensificação do controle público, com o Estado exercendo um papel muito mais rigoroso no controle das empresas, com maior participação na sociedade, acompanhada da remontagem da estrutura pública, do combate à sonegação, de uma política que se distancie completamente da guerra fiscal — principalmente no que se refere as montadoras. Não se pode pensar para o século XXI uma política que já era limitada há trinta anos atrás. Precisamos construir caminhos que nos levem a retomada do nosso padrão industrial, do nosso padrão tecnológico, da nossa economia, tendo como lema não a ancora que o governo elege, mas um projeto ancorado na elevação do salário, do mercado interno e da distribuição de renda.

WALTER PINHEIRO É DEPUTADO FEDERAL DO PT/BA.

O fenômeno Itamar Franco traz, de modo duradouro, para a conjuntura política do país um triplo desafio. Em primeiro lugar para o governo Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, para os projetos acalentados pelo PT de constituir a liderança da alternativa política no plano institucional para o país. Por fim, para os próprios analistas políticos que se vêem desconcertados diante do espaço conquistado por um personagem que a mídia sistematicamente subestima e até ridiculariza.

SINTOMA E AGENTE

Não há razões para descrever que a postura de Itamar frente ao governo tenha um componente pessoal, advindo do episódio da Convenção Nacional do PMDB realizada no ano passado e que fechou o espaço para a candidatura de Itamar à presidência da República. Este vem sendo o viés mais corrente de desqualificação da postura oposicionista de Itamar. O que em geral não se diz é que Itamar tem legitimidade para sentir-se profundamente ressentido com o personagem que ocupava o posto estratégico de seu ministro da Fazenda no lançamento do Plano Real. Fernando Henrique não teria a mínima chance na disputa, sequer para se impor como o candidato de uma grande aliança anti-Lula em 1994, se não tivesse sido literalmente projetado a partir de dentro pelo governo Itamar. E, certamente, o episódio da convenção do PMDB, patrocinado pelo então ministro das Comunicações Sérgio Motta, com a brutalidade e violência que lhe eram características, inscreve-se como uma das cenas mais lamentáveis e baixas da recente história republicana. Para um político que cultiva o carisma, que tem provavelmente de si próprio uma bela imagem de estadista, como é Itamar, a atitude de Fernando Henrique, então no auge de seu poder, foi imperdoável.

Mas seria errado conferir a este episódio político, de implicações pessoais, todo poder de explicação de um fenômeno que vai além desta esfera.

Há razões programáticas que separam Itamar de Fernando Henrique. Formado na tradição de centro ou centro-esquerda do PMDB, compondo de forma descontínua e não de todo coerente a tradição chamada "autêntica" deste partido, Itamar representa hoje a memória do programa desenvolvimentista, popularesco, com tinturas nacionalistas do velho PMDB da década de setenta. E a distância que separa o espírito deste programa (porque jamais foi de fato nitidamente uma plataforma nítida de opções para o país) do que vem sendo realizado pelo governo Fernando Henrique é profunda: este último representa nitidamente a opção mais anti-popular, mais anti-nacional, mais corrupta de todos os governos republicanos eleitos do país. É certo que Itamar foi vice de Collor, embora tenha sido um personagem neutralizado e de segundo plano enquanto este foi governo; é certo que em seu curto mandato de presidente, Itamar patrocinou privatizações e outras medidas que prenunciaram a gestão Fernando Henrique, embora em alguma medida tenha resistido a elas.

Há, além disso, a controvérsia constitucional que hoje opõe Itamar à frente do governo mineiro à dinâmica de ultracentralização e arbítrio do governo federal. Itamar é organicamente vinculado a

O DESAFIO ITAMAR

uma certa cultura jurídica, muito típica de uma certa tradição de políticos mineiros. E esta cultura jurídica, em alguma medida afinada com a Constituição de Ulysses Guimarães, vive hoje um momento de extrema radicalização e denúncia da postura reiteradamente supra-legal, anti-federativa, anti-parlamentar do governo Fernando Henrique.

Existe, por fim, a disputa antecipada sobre as alternativas para o país frente ao fracasso visível da estratégia que alimentou a atual coalizão de governo e frente à verdadeira crise de legitimidade de Fernando Henrique. A dissidência Itamar é o sintoma mais evidente de que a unidade de projetos das classes dominantes perdeu solidez; o próprio Itamar é, no limite de sua consciência histórica, agente da dissolução desta unidade.

O CENTRO E A ESQUERDA

"Tudo indica que vai ser uma longa luta. Evidentemente, sendo uma longa luta, vamos estabelecer os nossos ajustes, as nossas estratégias. Minas vai resistir enquanto puder." A frase de Itamar, pronunciada no início de fevereiro, indica o sentido não conjuntural de seu plano de voo.

tro da esquerda que ela quer tecer prioritariamente suas alianças: no dia do Tiradentes, quem foi condecorado, dos sem-terra à Miguel Arraes, foi a oposição ao atual governo federal. Após a experiência de modo algum fracassada de Ciro Gomes – vejam-se os seus índices de votação nas eleições de 1998 e o seu crescimento recente em sondagens de voto – a centro-esquerda brasileira ganha a sua liderança mais forte e com mais disposição a ocupar o lugar de líder das oposições.

Mas o gesto de Itamar está longe de ser simbólico. Até agora, o seu governo em Minas confirma esta vocação de centro-esquerda. A moratória da dívida federal permanece, assim como a denúncia aberta dos acordos com o FMI. Com gesto firme, os acordos fiscais com as montadoras, via redução da alíquota do ICMS de 12% para 9%, praticados pelos governos Covas, Amin e Dante de Oliveira, foram repelidos. Itamar tem anunciado a sua disposição de resistir até à ocupação do Exército caso o governo federal insista na privatização de Furnas; na Assembléia Legislativa, uma CPI se ocupa da escandalosa venda de ações da Cemig.

Anuncia-se um programa de reforma agrária, muito além do previsto pelo

O PT NÃO PODE FUGIR AO ABRAÇO ENVOLVENTE DE ITAMAR. MAS SE NÃO REENCONTRAR SUA IDENTIDADE SOCIALISTA, CORRE O RISCO DE PERDER A CAPACIDADE DE LIDERAR A NAÇÃO.

JUAREZ GUIMARÃES

super-faturados deixados pelo governo Azeredo têm sido revistos, enquanto o governo se vê às voltas com uma difícil negociação com o funcionalismo sobre o pagamento do décimo-terceiro salário de 1998 que não foi pago.

No plano nacional, Itamar articulou o voto de parte da bancada mineira contra a CPMF e tem declarado ser favorável à indexação dos salários.

A ESQUERDA E O CENTRO

Em Minas, colhido em um momento de debilidade orgânica, dividido, o PT tem visto o espaço institucional de oposição ao governo Fernando Henrique ser ocupado em Belo Horizonte pela liderança de Célio de Castro e, no plano estadual, agora por Itamar Franco. Assim, o espaço historicamente construído pela esquerda desde a fundação do PT vai sendo assimilado a uma dinâmica de centro-esquerda. O PT, ainda exercendo um papel chave na administração municipal, vê-se no plano estadual colocado como apenas mais um integrante da grande frente montada em torno a Itamar.

O risco desta dinâmica vir a se reproduzir no plano nacional não pode ser descartado.

Toda a estratégia que tem prevalecido na direção do PT nesta década tem sido no sentido de configurar o partido como interlocutor da centro-esquerda, muitas vezes, colocando em segundo plano a sua própria identidade de ser um partido socialista, de esquerda. Ora, a distância que separa um partido de esquerda que quer dialogar com o centro de um centro que procura o diálogo com a esquerda pode ser encurtada ou mesmo anulada.

Se o fundamental da oposição a Fernando Henrique for compreendido, como tem sido pela direção dominante do PT, como basicamente institucional, quem melhor do que Itamar, ex-presidente, governador de Minas, tem a capacidade para fazê-lo? O que é preferível: um programa de esquerda filtrado por uma sensibilidade de centro ou um programa de centro revestido de tintas esquerdizantes?

Pelos seus compromissos de oposição, o PT não pode certamente fugir equivocadamente ao abraço envolvente de Itamar. Mas, se na frente comum contra Fernando Henrique, se o partido não reencontrar a sua identidade socialista, a radicalidade de seu programa democrático de transformações e o alimento da mobilização popular, o risco que ele corre é perder a capacidade de liderar um novo caminho para a sociedade brasileira.

JUAREZ GUIMARÃES É PROFESSOR DA UFMG.



O ato do dia 21 de abril, em Ouro Preto, no plano simbólico, anuncia a estratégia de Itamar. Colocado ao centro do espectro político, Itamar certamente não se furtará de alianças, quando necessárias, com políticos e correntes ultra-conservadoras, como é o caso de sua aliança com o ex-governador de Minas, Newton Cardoso. Mas é com o espec-

governo federal, valendo-se de uma maior arrecadação do Imposto Territorial Rural. Na Assembléia Legislativa, tramita um projeto de lei concedendo anistia aos 185 policiais expulsos da PM mineira quando da greve de 1987 (há uma pendência importante, opondo cabos e oficiais, sobre a reintegração ou aposentadoria dos líderes grevistas). Contratos

EM 100 DIAS DO GOVERNO GAROTINHO, AS AÇÕES CONSERVADORAS ULTRAPASSARAM AS MEDIDAS PROGRESSISTAS.

ALCIBÍADES TEIXEIRA

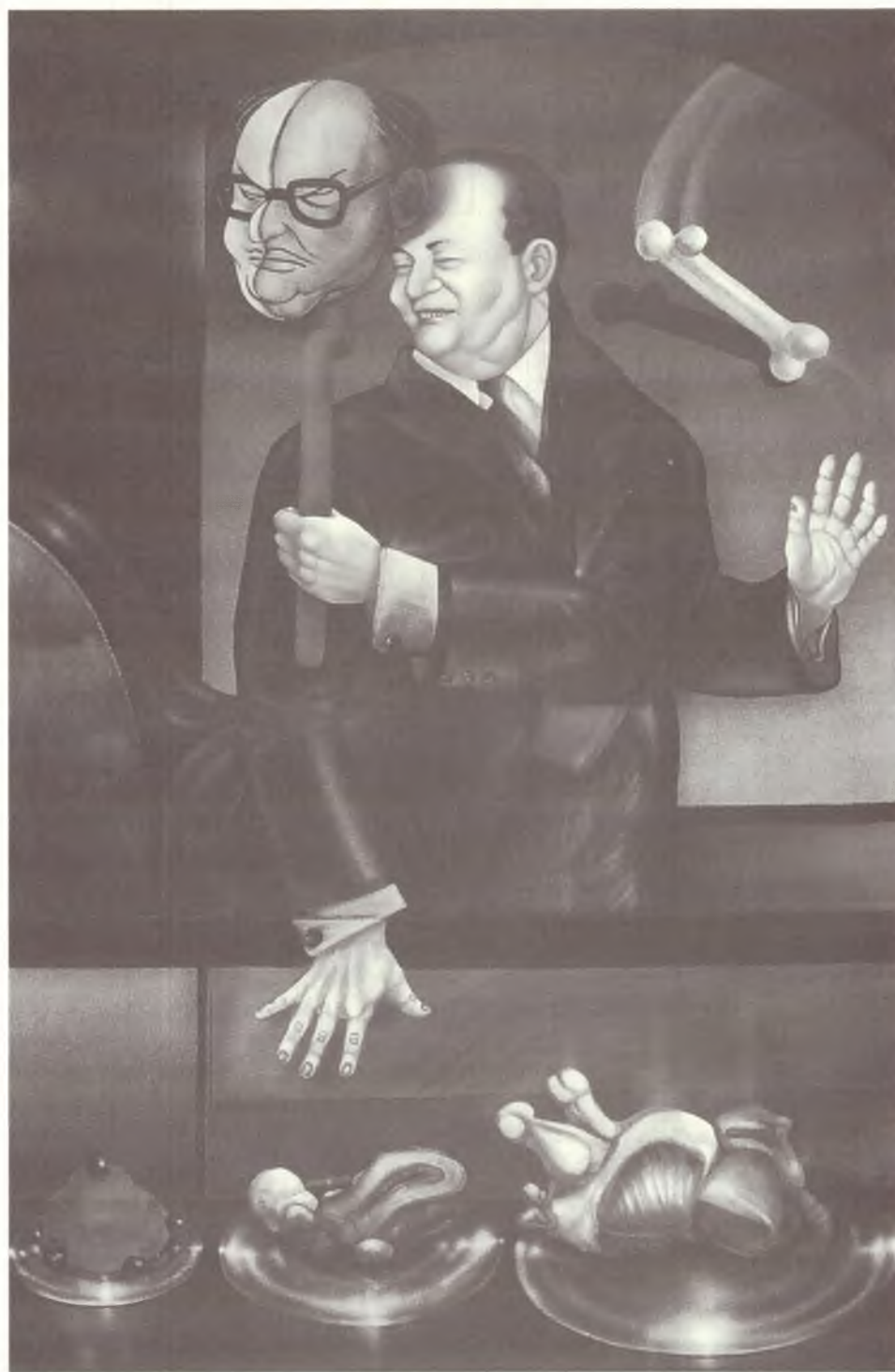
Passados cem dias de governo Garotinho, já é possível observar os contornos principais deste que é o mais colaboracionista (para com FHC) dos governos estaduais de oposição eleitos ao final do ano passado. Repetindo uma fórmula cunhada pelo deputado estadual Chico Alencar, da esquerda do PT, Anthony Garotinho é, antes de mais, um político avulso. Isto significa, em primeiro lugar, que é independente de seu partido, o PDT e da tradição ideológica brizolista. Não que devamos esperar uma mudança de partido por parte do governador: este é por demais astuto para atrair para si a pecha de traidor – não esqueçamos que Marcello Alencar e César Maia fizeram carreira no PDT e depois abandonaram Brizola. Ainda mais em troca das vantagens duvidosas de mudar de malas e cuia para siglas desgastadas no eleitorado do Estado, como o PSDB, PFL ou PMDB.

Pressionado à esquerda por Leonel Brizola, Garotinho tem se defendido com o argumento das obrigações administrativas de quem “foi eleito para governar, não para fazer oposição”. A desculpa para justificar as relações de namoro com o governo federal é surrada mas só em parte, frente a um interlocutor (Brizola) que, quando governador do Rio de Janeiro pela primeira vez defendeu dois anos adicionais de mandato para o então presidente Figueiredo e, no segundo governo do mesmo Estado, apoiou Fernando Collor mesmo quando até ACM (sic!) já havia pulado do barco.

O MODO GAROTINHO DE GOVERNAR

Se é independente de seu partido, o que dirá dos partidos de esquerda que integram seu governo. O PT, o PSB, o PC do B e o PCB, presentes no governo, até hoje não possuem um instrumento como um conselho político que planeje e avalie as políticas governamentais. O governador incentiva esta fragmentação. Retalhou e esvaziou secretarias, centraliza o poder de decisão e até os contatos com a mídia. Os secretários de estado do PT dão ares de insegurança permanentemente, refletindo o mal-estar presente dentro de um governo pouco transparente. Para sua sorte, ainda não enfrentaram a pressão da base partidária, dividida e cética desde a profunda crise da intervenção nacional feita em 1998.

Sobre as ações concretas nestes cem dias de governo, um pouco de tijolo e muito barro: as ações conservadoras ultrapassam as iniciativas de conteúdo progressista. Primeiro foi a rapidez com que o Rioprevidência foi criado atendendo a conselhos do governo fe-



ALCIBÍADES TEIXEIRA

GAROTINHO: MAIS BARRO DO QUE TIJOLO

deral: Garotinho se antecipou a vários governadores neoliberais e criou um fundo de capitalização em moldes privados para pagamento de aposentados e pensionistas. Este fundo incorporou recursos do Previ-Bandes atropelando o próprio Sindicato dos Bancários, deixando desorientada e constrangida sua direção, apoiadora de primeira hora da aliança eleitoral. Indicador dos indicadores, foi o bloco fisiológico da Assembleia Legislativa que garantiu a rápida aprovação do projeto.

Vieram em seguida as declarações de venda de 49% das ações da empresa pública de água e esgoto, apesar das promessas de campanha de que a empresa não seria privatizada. As fortes reações levaram o governador a desmentir a notícia. Logo depois, o recuo de um decreto que convocava seis mil professores para a rede pública estadual, reduzido ao final de contas para apenas dois mil profissionais: isto, quando o próprio candidato Garotinho reconheceu, na época da campanha, que a carência ultrapassava dez mil profissionais.

Em seguida veio o decreto de anulação das terceirizações dos hospitais estaduais, medida progressista sem

sombra de dúvidas – também promessa de campanha – mas que teve seu impacto reduzido na medida em que, menos de uma semana após a assinatura do decreto, Garotinho foi a imprensa afirmar que repassaria a administração destes hospitais para os municípios: ora, ora, as prefeituras do Rio e de Niterói estão exatamente em vias de iniciar experiência de “administração cooperativa” em seus hospitais.

O dilema do governo é como hon-

rar promessas de campanha que exigem pesados investimentos estatais, ao mesmo tempo que paga a dívida do Estado ao governo federal que soma R\$70 milhões por mês, compromisso inevitável para quem quer ser – e tem sido – o governador “da oposição” mais bem relacionado com FHC.

RELAÇÕES PRIVILEGIADAS COM FHC

A grande medida popular foi, até agora, a queda-de-braço com a máfia do transporte de ônibus – Fetranspor – que permitiu a redução em até 15% do preço das passagens dos ônibus intermunicipais, linhas que são utilizadas por um contingente muito proletário que habita as cidades-dormitório do Grande Rio.

A Fetranspor é a principal fonte de corrupção da Assembleia Legislativa e elemento central do esquema de poder tradicional do PMDB, PSDB, PFL e PPB. Não sabemos ainda se o governador terá coragem de ir até o fim no desmantelamento dos interesses deste cartel, ou se acomodará interesses após ter desfrutado do marketing popular. Preocupa aqui a indústria interminável de liminares que a Fetranspor vem utilizando. Mas preocupa ainda mais a apatia do movimento popular nesta disputa – que sem dúvida é do seu interesse – não percebendo canais no governo para que se aproveitasse para uma mobilização real de cunho popular.

Se cada governador de oposição optou por uma política frente à crise das dívidas estaduais, Anthony Garotinho certamente abraçou o caminho mais adesista para com o governo FHC. Nem mesmo sua vice, a ex-senadora pelo PT Benedita da Silva foi autorizada a subir em palanques na campanha pelo fora FHC. Esta linha, que preserva aspectos fundamentais do modelo neoliberal, dentre eles as renúncias fiscais e o desprezo por investimentos sociais pesados, levará ao choque com o movimento sindical e os movimentos sociais em geral.

Quando chegar esta hora – num estado onde a população enxerga que o PT é governo – ou o partido retoma sua capacidade de debater e agir de maneira minimamente unitária e respeitando suas instâncias de deliberação, ou a imagem do Partido dos Trabalhadores poderá sofrer danos profundos. Não esqueçamos de Vítor Buaziz e dos estragos ao PT do Espírito Santo.

ALCIBÍADES TEIXEIRA É PRESIDENTE DA CUT/RJ.

A S S I N E

Revista Sem Terra

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

REVISTA SEM TERRA

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.com.br

LEIA AS PUBLICAÇÕES DO MST

Envie seus dados (nome e endereço) juntamente com cheque nominal à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, Alameda Barão de Limeira, 1232, CEP 01202-002, São Paulo/SP ou deposite no Bradesco, agência 0136-8, conta 105510-0, nominal à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA.

1990/1999: UMA DÉCADA MAIS QUE PERDIDA

Dez anos de implantação de políticas neoliberais no Brasil conseguiram produzir resultados econômicos, sociais e políticos que superaram o desastre experimentado na década de 80. Se os anos 80 foram considerados a “década perdida” em contraste com o “milagre” econômico dos anos 70, ainda está por ser cunhada a melhor designação para a catástrofe produzida pelos anos 90. Os indicadores econômicos e sociais mais importantes já permitem concluir: o período entre 1990 e 1999 foi, sob todos os aspectos, ainda mais regressivo para o Brasil para os brasileiros que a década de 80.

A década de 80 foi marcada pelas grandes mobilizações populares que levaram ao fim da ditadura militar, pela reorganização dos movimentos sociais e pela incapacidade das classes dominantes conduzirem um projeto hegemônico de superação da crise do modelo implantado pelos militares. A burguesia se encontrava dividida entre diversos projetos e modelos. A expressão mais acabada dessa divisão foram os cinco anos do governo Sarney (1985-1989) e a disputa eleitoral de 1989.

Mas a própria crise e o fortalecimento de uma alternativa democrática e popular criaram as condições de gestação da nova hegemonia burguesa nos anos 90. Das entranhas de um governo corrupto, deposto por *impeachment*, se consolidou o neoliberalismo tardio que atingiu seu apogeu no primeiro governo de FHC. E o neoliberalismo, no Brasil como em outras partes do mundo, conseguiu a proeza de chegar ao seu apogeu político e ideológico ao mesmo tempo que produzia catástrofes econômicas e sociais sem precedentes.

SUCESSOS DE UMA IDEOLOGIA

A ideologia neoliberal retira suas forças da crise do Estado do bem-estar social, nos países centrais, e do modelo nacional-desenvolvimentista, nos países dependentes, principalmente na América Latina. Seu triunfo ideológico é ampliado pela crise generalizada dos estados ditos socialistas do leste europeu, que culmina na restauração do capitalismo em todos os países da região. Apresenta-se com a lógica simples de que o excesso de intervenção estatal na economia é a fonte das crises que assolaram o mundo na década de 70. E que o oposto disso, isto é a “liberalização” econômica em todos os aspectos, é a receita para um futuro de progresso. Mas assenta-se mesmo é na velha filosofia do darwinismo social do século XIX, que prega a inexorabilidade da sobrevivência dos mais aptos enquanto os mais fracos devem sucumbir, para o bem da própria espécie.

As vitórias do neoliberalismo em todo o mundo não são pequenas, do ponto de vista político e ideológico. As principais forças que atuaram como elementos de contenção ou ameaça de superação do capitalismo, durante praticamente todo o século XX, estão extremamente enfraquecidas. O movimento sindical e a esquerda reformista nos países da

Europa ocidental, a esquerda revolucionária na América Latina, a ameaça do “comunismo” soviético, são todos inimigos destruídos (ou quase). Alguns foram assimilados pela novo ideário, como a social-democracia europeia e setores das antigas guerrilhas da América Latina. As alternativas políticas e ideológicas ao neoliberalismo, quando existem, são frágeis e muitas vezes pouco consistentes.

No Brasil, embora começando tardiamente, e não seja comparável aos países centrais ou mesmo a outros países latino-americanos em muitos aspectos, os estragos provocados por uma década de domínio da ideologia neoliberal são enormes. A década de 90 é marcada pelo retrocesso dos movimentos sociais, com a única exceção do MST. As grandes mobilizações populares da década de 80 e até do início dos anos 90 são cada vez mais raras. O movimento sindical, principal base social de uma alternativa popular na década passada, vem aprofundando sua crise nos últimos anos. Os espaços em que a esquerda avançou nesse período foram quase que exclusivamente institucionais, e com resultados contraditórios se analisados desde uma perspectiva socialista; muitas vezes isso conduziu também a um rápido processo de acomodação e burocratização, estimulando a cooptação dos movimentos sociais.

FRACASSOS DE UM PROGRAMA

Se, como ideologia, a onda de liberalização comercial e financeira e os ataques às mais variadas formas de contestação do poder capitalista foram amplamente vitoriosos nestes anos, os objetivos econômicos do programa neoliberal fracassaram de maneira cabal. De seus objetivos básicos, apenas a queda da inflação foi ampla e generalizada. No que se refere às taxas de crescimento econômico mundial, nas duas últimas décadas elas estão muito aquém da média dos anos de domínio do keynesianismo.

Mesmo a economia americana, apresentada como modelo de “nova economia”, paradigma do neoliberalismo, apresenta taxas de crescimento medíocres no período 1980/1999. E ainda que considerada apenas a década de 90, de melhor desempenho, o crescimento médio do PIB americano esteve em cerca de 2,5% (o mesmo da Alemanha e apenas um pouco acima do Japão). Já a taxa de crescimento do PIB per capita americano (1,6%) foi menor que a taxa alemã

(1,9%) e igual à japonesa. Sua taxa média de desemprego ainda é maior que a japonesa. O crescimento da produtividade americana (menos de 1% ao ano) é menor que a nipônica e muito menor que a germânica, de cerca de 2,5% ao ano entre 1989 e 1998.

No Brasil, os resultados econômicos do programa neoliberal são ainda piores. Comparada aos períodos mais dinâmicos da economia brasileira, a década de 90 apresenta um desempenho desastroso em todos os aspectos. Mas o mais grave é que, mesmo se comparado à chamada “década perdida” dos anos 80, o neoliberalismo de Collor e FHC mostra-se regressivo. A taxa de desemprego média da década de 90 é quase o dobro da experimentada na década passada. O endividamento público atinge patamares recordes, ao mesmo tempo em que grande parte do patrimônio de empresas públicas acumulado em períodos anterior-



res foi vendida. A infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações, vitais para o crescimento econômico do país, está sucateada. Os serviços públicos de saúde e educação e os investimentos em habitação e saneamento diminuíram drasticamente. Frente a um crescimento econômico médio de 2,1% nos anos 80, a década de 90 deve apresentar uma média de crescimento de cerca de 1,5%.

Esse balanço contraditório – sucesso

ENQUANTO O BRASIL CRESCEU, NA “DÉCADA PERDIDA” DE 1980, 2,1% AO ANO, ESSA TAXA CAIU, NA DÉCADA DE 1990, PARA 1,5% AO ANO.

FÁBIO PEREIRA

político-ideológico, fracasso econômico-social – não poderia perdurar por muito tempo. O programa econômico neoliberal continua procurando impor derrotas duradouras aos trabalhadores que permitam uma nova etapa de acumulação capitalista acelerada. Mas as contradições desveladas pelo seu fracasso em promover crescimento econômico e melhores condições de vida começam a criar importantes rachaduras na força da ideologia neoliberal.

UMA ALTERNATIVA A SER CONSTRUÍDA

A volta da social-democracia à maioria dos governos europeus, embora conduzindo políticas praticamente idênticas às conservadoras, é expressão do esgotamento do projeto liberalizante. A recente crise financeira que varreu o mundo, do México à Coreia, passando pela Rússia e voltando ao Brasil e à Argentina, enfraquece o ideário neoliberal, ainda que não fortaleça automaticamente uma alternativa de esquerda.

No Brasil, o PT é o elemento de continuidade entre as mobilizações populares da década de 80 e uma possível alternativa democrática e popular que pode se viabilizar com o fracasso do segundo governo de FHC. A crise cambial de janeiro marca o fim de um período no qual o programa neoliberal conseguia capitalizar, ainda que contraditoriamente, graças ao fim da inflação, as esperanças de grande parte da população. A credibilidade da aliança em torno de FHC está em queda livre, e as conseqüências sociais da crise ainda devem se agravar. Mas para passar de uma possível alternativa eleitoral a uma alternativa política e econômica para o país o PT ainda está por resolver seus impasses. Se tentar se apresentar como alternativa confiável a setores importantes da classe dominante, poderá até chegar ao governo mas apenas para implementar uma política de “neoliberalismo com descontos”, emprestando sua credibilidade para a continuidade da dominação burguesa. Apresentar-se como alternativa radical ao atual modelo político e econômico talvez possa representar maiores dificuldades para o PT chegar ao governo. Mas é a única alternativa que permite, na atual correlação de forças no plano mundial, realizar um programa distinto do neoliberalismo.

FÁBIO PEREIRA É MEMBRO DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PT/SP.

ÉVÊNTO PROMOVIDO
PELO MST, CNBB E
OUTRAS ENTIDADES,
LOTA TEATRO
JOÃO CAETANO,
NO RIO E RECOLOCA
ENDIVIDAMENTO
NO CENTRO DA
AGENDA NACIONAL.

"A

dívida externa é um roubo. Às vezes não temos opção, salvo aceitar o roubo porque alguém encosta uma arma em nossa cabeça. Mas também existe a alternativa de conscientizar a população dos países que controlam essa arma." Essas palavras, do intelectual norte-americano Noam Chomsky, escutadas em depoimento gravado, arrancaram aplausos da platéia que lotava na terça-feira, 27 de abril, o plenário do Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, durante a abertura da primeira sessão do Tribunal da Dívida Externa.

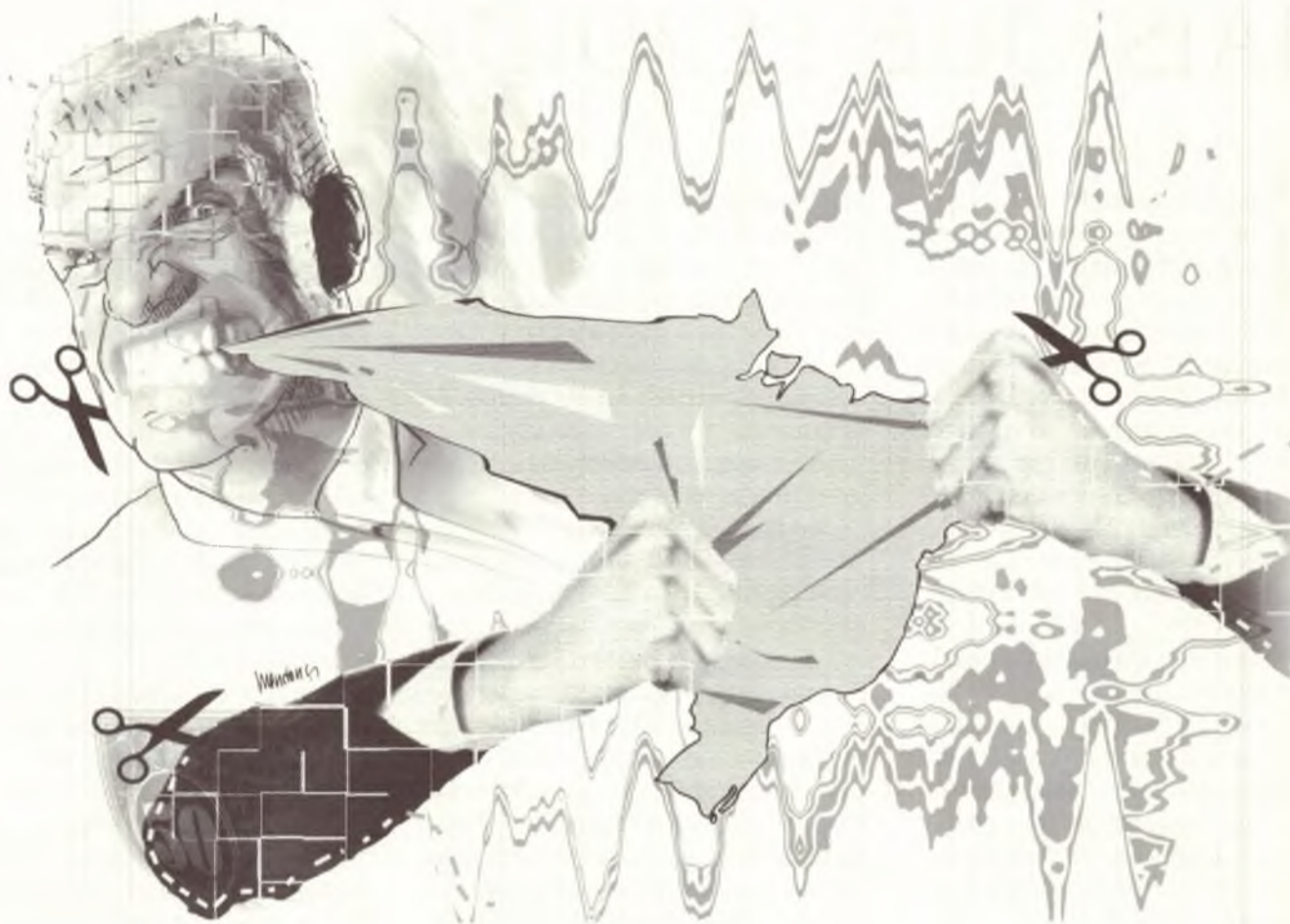
Promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Coordenadoria Ecológica de Serviço (Cese), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Cáritas, Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), dentre outras entidades, o Tribunal teve seus trabalhos precedidos por um ato político-cultural na noite de segunda-feira. Uma platéia lotada assistiu a apresentação de artistas como Mário Lago, Sérgio Ricardo e Chico César. Um total de 1632 inscritos, composto de delegações de trabalhadores rurais, partidos políticos, entidades sindicais e organizações religiosas vieram de 21 estados para participar do evento.

NA CORÉIA, DÉBITO TRIPLICA

Além da exposição de Chomsky, a primeira das quatro sessões do Tribunal teve os testemunhos de François Houtart (Bélgica), Daehoon Lee (Coréia do Sul) e Roger Williamson (Inglaterra). Segundo Lee, as consequências da política de ajuste estrutural imposta a seu país pelo FMI criaram uma situação dramática. "O emprego formal caiu para menos de 50% da população que trabalha. A criminalidade aumentou em 10% no último ano e o alcoolismo cresceu 30%. A dívida externa, que era de US\$ 44 bilhões em 1993, alcançou US\$ 120 bilhões em 1997", afirmou o representante coreano.

François Houtart, da Universidade de Louvain, argumentou que atualmente 95% dos investimentos mundiais estariam desconectados da produção de mercadorias e serviços. "A maior parte desse dinheiro é dirigida ao financiamento dos déficits do Estado", assegurou ele. A mesma tese foi defendida por Williamson, da Christian Aid inglesa, que caracterizou a fase atual da economia mundial como marcada pela "financeirização do capital, na qual uma parcela expressiva dos recursos mundiais ganha autonomia diante da economia real e transforma-se em um excedente

O TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA:



monetário que se reproduz na própria circulação do dinheiro, sem fabricar uma peça de máquina ou colher uma semente de trigo".

CARÁTER PARASITÁRIO

Na segunda sessão, durante o período da tarde, a economista e ex-deputada Maria da Conceição Tavares foi muito aplaudida com sua análise sobre o "caráter parasitário da burguesia industrial brasileira, particularmente do seu ramo paulista, que sempre pendeu da capacidade de financiamento e endividamento do Estado para seus grandes negócios e vergonhosas fortunas". Maria da Conceição denunciou que a dívida externa do setor privado cresceu em proporções muito superiores a do setor público (em 1989, o setor privado respondia por 14,8% da dívida externa contra 59,6% em 1998) – e que o governo opera uma política econômica para "passar a conta desse endividamento ao povo brasileiro, através de mecanismos monetários e fiscais que garantem a liquidez em dólares, mas agravam a dependência, a recessão e o desemprego".

Foram ouvidos também depoimentos gravados do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ambos defendendo a orientação do governo e o cumprimento integral dos compromissos in-

ternacionais. Malan argumentou que "o nível da dívida, ao redor de 50% do PIB brasileiro, é perfeitamente administrável". O professor Theotônio dos Santos, da Universidade Federal Fluminense, recusou essa ponderação, demonstrando que os juros pagos pelo Brasil "são quatro ou cinco vezes mais altos que as taxas cobradas da Itália ou da Bélgica, cuja dívida é superior a 100% do PIB". Segundo as projeções de Theotônio, em mais três anos de vigência da atual política econômica, o Brasil estará desembolsando cerca de 5% de seu PIB para servir a dívida externa, "praticamente destruindo o orçamento nacional".

Os outros depoentes da tarde foram os professores Aurélio Viana, da Rede Brasil, Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Tânia Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco. Viana revelou que os contratos de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), recentemente apresentados ao Senado, contêm cláusulas de vinculação ao pagamento da dívida externa, apesar de terem sido apresentados como financiamento aos programas sociais.

CASOS EMBLEMÁTICOS

Os debates prosseguiram no dia se-

guinte, com depoimentos de representantes de países que se constituem em casos emblemáticos. Falaram Kiva Maidanik (Rússia), Alejandro Olmos (Argentina) e Monsenhor Bernardino Mandlat (Moçambique). Maidanik, economista e professor da Academia de Ciências de Moscou, pouco antes de sua intervenção, comentava a crise russa, lembrando que apenas sua passagem ao Brasil corresponde ao dobro de seu salário anual. "A União Soviética representava há pouco mais de dez anos, 8% de toda a produção mundial. Hoje, esta porcentagem reduziu-se a 1,5%", afirmou.

Na quarta e última sessão, João Pedro Stédile (MST), D. Demétrio Valentim (CNBB) e o Pastor Walter Altmann, presidente do Conselho Latinoamericano de Igrejas Cristãs (CLAI), em mensagem lida na ocasião, procuraram apontar as saídas para a crise da dívida, reconhecida por todos como uma crise da dependência externa brasileira. "A dívida é uma galinha dos ovos de ouro para os credores", disparou Stédile, para quem só a suspensão de seu pagamento e o rompimento com o Fundo Monetário Internacional pode recuperar a soberania brasileira. D. Demétrio emendou ainda que é preciso a todo momento vincular as dívidas financeiras do Estado às dívidas sociais.

UNANIMIDADE

O corpo de sete jurados, composto por representantes da sociedade, em sessão solene, presidida pela juíza Salette Maccalós e pelo ex-procurador geral da República, Aristides Junqueira, condenou a dívida por unanimidade e aprovou o veredicto final (ver texto anexo).

Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, além de outras personalidades presentes no ato de encerramento, comprometeram-se publicamente com a suspensão do pagamento da dívida externa e moratória da dívida interna. "Esta sentença deve ser levada e aprovada em todas as instâncias que nós participamos", finalizou Lula.

MANIFESTO DAS MULHERES SOBRE A DÍVIDA EXTERNA

As mulheres manifestaram no Tribunal sua indignação e rebeldia contra a dívida externa brasileira. Seus efeitos recaem sobre as mulheres no controle sobre seu corpo, mediante exigências internacionais de controle de fecundidade; no aumento do desemprego e da sobrecarga de trabalho; na perda de direitos sociais e trabalhistas e no aumento da pobreza.

As mulheres exigem:

- suspensão imediata do pagamento da dívida externa acompanhada de uma ampla auditoria com a participação da sociedade civil;

- a mudança radical na forma de fazer e pensar a economia, hoje centrada no dinheiro e não no ser humano;
- a mudança radical do sistema econômico nacional e internacional;
- o resgate dos potenciais de todos os seres humanos com acesso a tudo que é essencial para o bem estar; a vida com dignidade, respeito, igualdade de oportunidades, felicidade e solidariedade;
- a eliminação de todas as formas de desigualdade e subordinação das mulheres e todas as formas de violência contra elas;
- e finalmente, Paz, Terra e Liberdade

Para conhecer o manifesto na íntegra ou assiná-lo, é só entrar em contato com Sandra Quintela, no PACS.

E-mail: pacs@ax.apc.org, tel.: (021) 2326306.

Miriam Nobre

VEREDITO

O Tribunal da Dívida Externa reuniu-se nos dias 26 a 28 de abril de 1999, no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, Brasil, no local onde foi enforcado Tiradentes, herói e mártir da independência, na presença e com a participação de mil e duzentas pessoas de diversas partes do Brasil e diversos países do mundo. Promovido pela CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Cáritas, CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços, CMP - Central de Movimentos Populares e MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, e o IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros, com o apoio do CORECON/RJ, SENGE/RJ, SINDECON/RJ, IERJ e PACS, o Tribunal teve como objetivos julgar o caso brasileiro da dívida externa e reforçar a Campanha do Jubileu 2000 em favor do cancelamento da dívida dos países de baixa renda e mais endividados.

Por ser o Brasil um dos países com economia de renda média e considerado *emergente*, e por ser um dos países que tem um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, com um quarto de sua população — 40 milhões de pessoas — situadas abaixo da linha de pobreza, foi objetivo do Tribunal identificar a relação entre a dívida externa e esta situação de injustiça e miséria. Além de identificar os fatores que originam, constituem e agigantam a dívida externa, bem como os seus responsáveis, o Tribunal visou definir políticas alternativas e estratégias para superar, de forma sustentável, a crise do endividamento externo e suas consequências sociais e ambientais.

Após conhecer amplo e múltiplo material documentado, ouvindo depoimentos e testemunhos de brasileiros e de especialistas de outros países, em quatro sessões — sobre o sistema financeiro internacional; sobre o endividamento brasileiro; sobre casos exemplares de endividamento de outros países; e sobre perspectivas de ação para enfrentar e superar a crise do endividamento brasileiro — o Tribunal Popular, constituído por representantes de diversos setores da sociedade brasileira, chegou ao seguinte veredito:

CONSIDERANDO

1. QUE segundo os estudos e dados apresentados no Tribunal, a dívida dos países mais pobres e mais endividados já foi paga e, na forma contábil atual, é impagável;

2. QUE a dívida brasileira, a partir da última renegociação há cinco anos, aumentou de US\$ 148 bilhões em fim de 1994 para US\$ 235 bilhões em novembro de 1998, e que no período foram pagos cerca de US\$ 126 bilhões aos credores externos, indicando uma velocidade insustentável de endividamento, ao ponto de quase todos os novos contratos estarem destinados ao serviço da própria dívida, configurando um círculo vicioso de endividamento;

3. QUE a decisão unilateral dos EUA no fim dos anos 70 de aumentarem a taxa de juros do nível histórico de 4 a 6 por cento para mais de 20 por cento em poucos meses, significou uma traição da boa fé dos contratos e, além de ter forçado os países devedores a tomar em

préstimos para pagar os juros, acarretou um pagamento extra que correspondeu à perda de US\$ 106 bilhões para a América Latina;

4. QUE o fato dos credores imporem aos devedores uma taxa de risco para prevenir-se de uma possível incapacidade de pagamento dá a estes o direito de declarar-se insolventes sem ônus;

5. QUE governos identificados com grandes empresas e bancos endividados com o exterior têm praticado a estatização da dívida externa privada, socializando custos e comprometendo ainda mais os fundos públicos com o serviço da dívida externa;

6. QUE empresas públicas estratégicas foram utilizadas como instrumento de sobre-endividamento, comprometendo sua saúde financeira e capacidade de investimento, servindo isto de pretexto para sua posterior privatização;

7. QUE existe um vínculo explícito entre a dívida externa, o excessivo endividamento público interno, e a busca de capital externo de curto prazo, submetendo o país a uma política de altíssimas taxas de juros;

8. QUE o governo, por conceber o sistema financeiro como um absoluto e como um fim, sacrificou a parte do orçamento dedicada a despesas com políticas sociais e de dinamização da economia interna para manter em dia o pagamento das dívidas financeiras, tendo como resultado o abandono da saúde, da educação, das políticas de emprego, de moradia popular, de demarcação e garantia das terras indígenas e das suas condições de sobrevivência enquanto povos, de valorização dos idosos e das crianças, de realização da reforma agrária, de conservação e recuperação do meio ambiente;

9. QUE as políticas econômicas e de

13. QUE este endividamento foi constituído por governos ditatoriais, e portanto ilegítimos e antipopulares, e que os credores desses governos, além de terem sido seus cúmplices, tinham consciência dos riscos que implicavam estes empréstimos;

14. QUE a expansão da dívida está relacionada com as elites brasileiras que, em toda a história e atualmente, têm sido coniventes com as instituições financeiras do exterior, tanto privadas e oficiais quanto multilaterais;

15. QUE a dívida externa constitui violação continuada do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fixado pela ONU em 16/12/66, que exige o reconhecimento do direito de cada nação à autodeterminação, ao desenvolvimento econômico bem como à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais, e ainda que, em caso algum poderá um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência;

OS INTEGRANTES DO TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA DECIDEM, POR UNANIMIDADE:

A dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, por ter favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população, e por ferir a soberania nacional, é injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente. Em termos substantivos ela já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização do capital, e de transferência de riquezas para os credores. Por isso, este Tribunal condena o processo do endividamento brasileiro, que implica



ajuste do FMI têm se provado desastrosas para os países que a elas se submetem, e servem para aumentar ainda mais a dívida e os outros passivos externos desses países, constituindo uma moratória sem fim das dívidas sociais e ambientais, das quais os credores são as crianças, as mulheres e homens trabalhadores do campo e da cidade, os negros, os povos indígenas e a natureza;

10. QUE os Estados Unidos manipulam a ONU, a OMC, o FMI, o Banco Mundial e a OTAN em função de suas estratégias de hegemonia e controle dos povos da terra;

11. QUE o endividamento público brasileiro sempre favoreceu os interesses e privilégios das elites dominantes;

12. QUE o excessivo endividamento brasileiro foi gerado sobretudo nas últimas três décadas, marcadas pelos 21 anos de ditadura, e por uma transição para governos civis que completaram a rendição conivente da política econômica ao capital financeiro;

na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e dos países ricos, apoiados pelos organismos multilaterais, como iníquo e ilegítimo. Responsabiliza as elites dominantes pelo endividamento excessivo e por abdicarem de um projeto próprio de desenvolvimento para o Brasil. Responsabiliza os governos e políticos que apoiam e promovem o projeto de inserção subordinada do Brasil à economia globalizada. Responsabiliza os economistas, juristas, artistas e intelectuais que lhes dão embasamento técnico e ideológico. Responsabiliza a ditadura dos grandes meios de comunicação, que tentam legitimar a dívida e bloqueiam o debate sobre alternativas.

Decide ainda comunicar às autoridades legislativas, executivas e judiciárias, da União, Estados e Municípios, esta decisão, para que a respeitem pela legitimidade da estrutura e função social deste Tribunal.

Assumindo a esperança presente nas

lutas populares por alternativas de vida, de relações sociais e de organização da economia e da sociedade, o Tribunal propõe a todos os brasileiros e brasileiras os seguintes compromissos e estratégias de ação:

■ Pela união de todos os povos em favor do cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados, e devolução das riquezas que lhes foram pilhadas, sem imposição de outras condições senão a da aplicação dos recursos poupados no resgate das dívidas sociais sob o controle da própria sociedade e do pleno respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos.

■ Pela auditoria da dívida pública externa e de todo o processo de endividamento brasileiro, com a participação ativa da sociedade civil, a fim de verificar contábil e juridicamente se ainda existe dívida a pagar, de quem ela deve ser cobrada, e de estabelecer normas democráticas de controle sobre o endividamento.

■ Por uma moratória soberana, pelo rompimento do Acordo com o FMI e pela redefinição das dívidas com base nos resultados da auditoria, e na afirmação da soberania nacional.

■ Por uma política de desenvolvimento centrada nos direitos da pessoa e da sociedade, e apoiada principalmente nos recursos materiais e humanos do país, superando a lógica e a prática do endividamento irresponsável que vigora atualmente.

■ Pelo firme controle do câmbio, que instrumento o governo para frear a especulação e reestimar o investimento produtivo, incluindo mecanismos efetivos de controle, fiscalização de toda forma de entrada e saída ilegal de moedas (nacional e estrangeiras) e de mercadorias em geral.

■ Pela renacionalização e democratização de empresas estratégicas.

■ Pela renegociação das dívidas dos estados e municípios, vinculando os recursos poupados ao resgate das dívidas sociais e ambientais, e refundando o pacto federativo numa perspectiva democrática e participativa.

■ Pelo reforço das mobilizações e campanhas como o ATTAC, que exigem o estabelecimento de mecanismos de regulação e de taxação da circulação do capital especulativo internacional, visando a criação de um fundo destinado ao resgate de vida digna dos mais empobrecidos.

■ Pela participação da Campanha Jubileu 2000, do Conselho Mundial de Igrejas e de outras instituições nacionais e internacionais, numa mobilização que leve Estados democráticos a propor à Assembleia Geral da ONU uma ação junto ao Tribunal Internacional de Haia para julgar os processos que originaram e hipertrofiaram a dívida externa dos países empobrecidos e altamente endividados e os seus responsáveis.

O presente Tribunal é o marco simbólico de uma longa caminhada. Conclama por isso os brasileiros e brasileiras a participarem com esperança e destemor das iniciativas que dele irão brotar, e continuarem de pé, nas ruas e praças, até conseguirmos que o Brasil seja de verdade uma pátria para todos, e que todos tenham condições de vida digna e de plena realização da cidadania.

É a nossa decisão. Publique-se e divulgue-se. É autorizada a subscrição somente por todas as mulheres e homens de bem.

Rio de Janeiro, Patíbulo de Tiradentes, 28 de abril de 1999.

MESMO DENTRO DA LÓGICA DO MODELO ECONÔMICO DO GOVERNO, A CRISE CAMBIAL ESTÁ LONGE DE TER SIDO ESTABILIZADA.

JOÃO MACHADO

A economia brasileira esteve, em janeiro e fevereiro, em uma situação de crise aguda.

A partir das consequências da crise da Rússia, ela vinha entrando em recessão desde o segundo semestre de 1998. Com a desvalorização do real em janeiro, esta tendência se acentuou, e abriu-se a perspectiva de que a recessão de 1999 seria uma das maiores da história do Brasil. Recessão, naturalmente, significa elevação do desemprego e da precarização do trabalho, tendência à queda de salários, de um lado; e maiores pressões para a redução do gasto público, e portanto para que os serviços públicos já ruins piorem ainda mais.

Além disso, a desvalorização do real veio junto com uma crise cambial, e uma ameaça de quebra do país, e trouxe de volta a risco da inflação.

Para piorar as coisas, ao mesmo tempo o déficit público veio se agravando nos últimos anos (em grande parte devido às altas taxas de juros praticadas); e a necessidade de fazer tudo para atrair capitais, ampliada pela crise cambial, levava a uma elevação suplementar das taxas de juros, com mais déficit público e mais recessão.

E mais: o efeito positivo da desvalorização do real — a possibilidade melhorar o setor externo a partir de um aumento significativo das exportações, e de redução das importações — estava ameaçada pela dificuldade de financiar as exportações, e por toda a desorganização que a economia sofreu neste processo.

Tudo isto colocou a economia brasileira próxima do inferno. Havia o risco real de que o país se tornasse incapaz de saldar seus compromissos externos.

A ESTRATÉGIA DO GOVERNO E SEUS RESULTADOS

Neste quadro, o governo definiu sua estratégia: essencialmente, garantir apoio externo (FMI, governos dos países do G-7, especialmente dos EUA, "comunidade financeira internacional"), à base de subordinar completamente a política econômica brasileira aos interesses destes setores, por um lado; e por outro, priorizar o controle da inflação. Ou seja, adaptar-se ao novo quadro, criado pela inviabilidade de manter "a âncora cambial", aprofundando sua linha de integrar-se mais, e de forma crescentemente subordinada, à economia mundial.

Dentro dos objetivos e dos interesses servidos por este governo, esta estratégia deu resultados até agora.

Em primeiro lugar, a inflação foi contida pela própria violência da recessão, e pelos esforços do governo no sentido de evitar a todo custo a reindexação da economia (especialmente de evitar reajustes salariais para repor perdas provocadas pela inflação). Pode-se dizer que

SITUAÇÃO ECONÔMICA



neste terreno os resultados têm sido espetaculares: em geral, já é aceito que a inflação em 1999 ficará abaixo da definida na renegociação do acordo com o FMI (16,8%), e até é possível que fique abaixo de 10%.

Em segundo lugar, com os novos incentivos dados aos aplicadores externos — em particular nova rodada de aumento da taxa de juros, e com a "firmeza" demonstrada pelo governo em impor ao Congresso tudo o que exigiam, eles começaram a voltar no mês de março. Com

esta volta, e com o empréstimo do FMI, as reservas começaram a recompor-se, e o real recuperou-se diante do dólar, chegando a um nível (cerca de R\$1,65 ou R\$1,70 por US\$1,00) que pode ser considerado razoável. Esta recuperação ajuda a controlar as pressões inflacionárias, e abre espaço para reduções das taxas de juros (que, é claro, continuam ainda extremamente altas). Se a queda das taxas de juros for mais significativa e for duradoura, isto pode vir a ajudar a controlar o déficit público.

Desta forma, o clima no governo e na mídia mudou bastante desde o fim de março, e começa a ser difundida uma idéia de que o pior já passou, ou até de que a crise estaria superada. Começa-se a afirmar, também, que afinal a recessão não será tão profunda quanto se imaginava. Isto levou o próprio Stanley Fischer, segundo homem do FMI, e principal responsável pela política econômica imposta ao Brasil, a declarar que o otimismo com a situação econômica está exagerado.

FHC E O "NOVO MUNDO RURAL"

O GOVERNO TRAVA NOVAS BATALHAS CONTRA OS MOVIMENTOS PELA REFORMA AGRÁRIA.

OSVALDO ALY JUNIOR

O governo FHC anunciou neste mês de abril novas medidas para a reforma agrária. Essas medidas repetem um velho padrão usado desde os tempos da ditadura militar: a cada conflito sério ou aumento da pressão social pela desapropriação do latifúndio improdutivo, lançam-se uma série de medidas com uma aparência de que a partir de agora tudo vai mudar e melhorar em matéria de reforma agrária. Mas, passa-se o tempo e vê-se que nada ou muito pouco mudou. Terminada as eleições o governo vem com um conjunto de iniciativas para tentar calar aquele setor social que tem conseguido denunciar para o conjunto da sociedade a face nefasta e autoritária do projeto neoliberal.

As medidas anunciadas no lançamento do "Novo Mundo Rural", com o nome de Política de Desenvolvimento Rural com base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado, apontam para: a "descentralização do programa"; o fim do crédito do Procer (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) para os assentados; a substituição da desapropriação pelo Banco da Terra; e a necessidade de integrar rapidamente os assentados ao mercado. O programa de reforma agrária e o Pronaf (Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar) fundem-se num só.

A VIA DO MERCADO

As principais justificativas desta política são: a execução da reforma agrária têm sido muito centralizada com pouca participação de Estados e Municípios; os subsídios dados aos assentados da reforma agrária têm um alto custo para a sociedade (e os R\$ 20 bi do Pronaf não?); a mobilização dos agricultores deve ter como base o nível local; a ação desapropriatória será realizada apenas em casos de conflitos e passa a ser um negócio, como outro qualquer; para o latifúndio improdutivo.

O lançamento do Banco da Terra, no ano

passado, é o marco da ruptura com o processo de desapropriação do latifúndio, que em 1999 não terá recursos para tal. Agora tudo deve passar pela "via de mercado". A política de juros do Banco inviabilizará que os setores excluídos tenham na reforma agrária uma possibilidade de reinserção produtiva.

O Banco da Terra exige, para o financiamento, que os solicitantes tenham no mínimo cinco anos de experiência na agricultura. Isso, na prática, eliminaria 40% dos atuais assentados, conforme os dados do primeiro Censo da Reforma Agrária, por sua origem urbana, inibindo a adesão do morador da cidade à luta pela terra como uma luta por emprego e renda.

O governo argumenta que o havia um conceito equivocado que diferenciava o assentado do agricultor familiar. Essa diferenciação levava a uma falta de articulação entre ministérios, a um paralelismo, duplicidade e superposição de ações levando a um desperdício de recursos. E ainda que o processo desapropriatório é caro devido à brechas existentes na legislação que acaba beneficiando os latifúndios improdutivos.

Um novo e retumbante fracasso já pode ser anunciado com as medidas de rapidez no processo de emancipação e extinção do Procer, pois em dois anos um assentado não

BRASILEIRA

DEPENDÊNCIA E INSTABILIDADE DA ECONOMIA

Para avaliar este otimismo do governo e de seus porta-vozes na mídia, é preciso examinar a situação de dois pontos de vista: a partir da própria lógica dos interesses defendidos pelo governo, e a partir dos interesses gerais do país.

Mesmo a partir da própria lógica do modelo posto em prática, é importante ter claro, em primeiro lugar, que o que seria a mudança decisiva no setor externo da economia — um crescimento vigoroso das exportações — ainda não ocorreu. Pelo contrário, as exportações até caíram. Este resultado aparentemente contraditório se explica pelas já mencionadas dificuldades de financiamento e desorganização da economia — o que se pode esperar que seja fatores passageiros — e ainda pela desaceleração ou recessão da economia mundial e pela queda dos preços das *commodities* que têm um peso importante na pauta de exportações brasileiras. A meta de 11 bilhões de dólares de superávit comercial em 1999 que consta do acordo com o FMI certamente não será atingida; na verdade, será difícil alcançar mesmo a metade disto.

Sem exportações crescentes, a dependência externa continua *aumentando* — e o Brasil está cada vez mais vulnerável às turbulências internacionais. Além disso, o principal fator que deveria impulsionar a saída da recessão não funciona, com o que esta pode até ser menos aguda do que se esperava, mas tende a durar mais tempo.

Além disso, é preciso ter em conta que o que se exige das exportações brasileiras para reduzir a vulnerabilidade do país diante das turbulências internacionais é algo muito mais significativo do que permitir 11 bilhões de dólares

de saldo comercial. Para ver por quê, basta lembrar que o que é fundamental é reduzir o déficit de transações correntes (basicamente, balança comercial mais balança de serviços) a níveis razoáveis.

O Brasil teve mais de 10 bilhões de dólares de saldo comercial por vários anos, até 1994. Naquela altura, isto significava um déficit em transações correntes próximo de zero. Mas desde então o déficit na balança de serviços passou a um nível qualitativamente maior. Desde 1994, houve um crescimento acelerado dos passivos externos. Ou seja: a dívida externa do Brasil é hoje muito maior (em novembro de 1998, era calculada em 235 bilhões de dólares; desde então, teve um crescimento significativo), e estrangeiros (residentes no exterior) têm uma parcela muito maior da propriedade de empresas que atuam no Brasil, ou de ações delas. Com isto, os pagamentos de juros sobre a dívida externa e as remessas de lucros são muito maiores do que antes de 1994. Neste aspecto, o resultado do mês de março foi dramático: o Brasil pagou US\$1,354 bilhão de juros ao exterior, enquanto no mesmo mês de 1998 tinha pago US\$501 milhões (aumento de 170%).

Assim, se um superávit comercial de 10 bilhões de dólares era um bom resultado até 1994, hoje o que seria necessário para evitar um crescimento exponencial do endividamento externo seria algo em torno de 20 bilhões de dólares.

Finalmente é preciso observar que a recuperação do valor do real, se continuar, pode vir a reduzir de forma significativa a vantagem competitiva das exportações brasileiras que a desvalorização tinha provocado.

DEFICIT PÚBLICO

É preciso lembrar também que uma questão que pesa muito nas avaliações dos aplicadores financeiros internacio-

quem pagou a conta; os agricultores que não possuem empregados tiveram uma queda na renda real de 2,1% entre 1995 e 1997.

MUNICIPALIZAÇÃO

Essas medidas colocam para os movimentos sociais do campo, principalmente o MST e a Contag, vários desafios: o primeiro é que o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, cuja composição não está definida, é quem selecionará os agricultores sem-terra e as áreas a serem desapropriadas. A criação desses Conselhos poderá levar a uma extrema pulverização da luta pela reforma agrária cuja força está justamente em fazê-la assumir um caráter nacional, pela possibilidade de articular e mobilizar setores organizados do meio urbano para pressionar instituições estaduais e federais como Assembleias Legislativas, Câmara Federal, Senado, Secretários de Estado e do Governo Federal, Procuradorias Gerais, Comissões de Direitos Humanos, etc. A descentralização também desafia os movimentos sociais na sua capacidade organizativa que não é mesma em todo o país.

A tentativa de parar com a desapropriação de terras aliada à municipalização tenta colocar uma camisa de força nos movimentos buscando restringir a luta pela terra aos municípios. Esse golpe busca destruir o MST e a Contag nacionalmente, pois em municípios onde a sociedade civil é mais fraca irá pre-

dominar a política das oligarquias locais, que vêm manifestando seu apoio à municipalização da reforma agrária.

Assim, a *Folha de S. Paulo* de 14/04/99 divulgou que o país perdeu R\$103 bilhões com a desvalorização — cinco vezes a receita da venda da Telebrás, como o mesmo jornal assinala. Este foi o impacto da alta do dólar sobre a dívida da União, dos Estados e Municípios e estatais. Grande parte do prejuízo do governo foi realizado na venda de dólares no mercado futuro para tentar segurar a sua cotação (o que significou grandes ganhos para os bancos). Parte desta perda foi recuperada depois com a recuperação do real, mas o que sobra é sem dúvida dramático.

A trajetória futura do déficit público é no mínimo duvidosa. E, além dos problemas internos associados com isto, a “confiança” dos aplicadores poderá ser abalada.

Aliás, esta “confiança” não está muito grande. Na recente emissão de títulos externos feita pelo Brasil — US2 bilhões — foi necessário pagar juros de 11,88%, bastante elevados, e maiores do que os que foram pagos recentemente por outros países “emergentes”, como Chile, Argentina e Colômbia.

Enfim: mesmo dentro da lógica do modelo econômico do governo, e sob o ponto de vista estrito da questão que deflagrou a crise de janeiro — a questão cambial — a situação está longe de estabilizada.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PONTO DE VISTA DOS INTERESSES NACIONAIS

Mas é claro que a situação econômica tem de ser analisada de um ponto de vista mais amplo. Os efeitos sócio-econômicos da crise estão longe de superados, e tendem a se agravar nos próximos meses.

O desemprego na grande São Paulo, medido pela pesquisa SEADE-DIEESE chegou ao recorde de 19,9% em março. A medida do IBGE para várias capitais (que, por sua metodologia, é sempre menor) chegou a 8,15%. O desemprego certamente não se reduzirá nos próximos meses, e tende inclusive a agravar-se.

Os salários perderam desde o início da crise. Apenas no mês de março, segundo a pesquisa SEADE-DIEESE, a queda dos rendimentos de quem tinha alguma ocupação foi de 2%. E se o modelo for mantido, tão cedo estas perdas não serão recuperadas.

O problema do déficit público (que, como vimos, é em grande parte resultado da política de juros e das perdas do governo com os negócios cambiais, e não da “gastança” ou dos altos salários dos funcionários públicos) continuará a ter peso, e a provocar deterioração dos serviços públicos (saúde, educação, saneamento...).

É evidente que, quando levamos em conta a situação do povo, só é possível dizer que “o pior já passou” revelando o mais completo cinismo.

Os problemas mencionados acima são de curto e médio prazo. Os de longo prazo são todavia maiores: a economia brasileira é hoje mais dependente do que até 1994. Isto significa que não apenas terá de enviar uma parcela maior de sua renda ao exterior (na forma de remessas de lucros, pagamento de juros etc.), quanto que sofrerá com maior intensidade diante das turbulências internacionais.

Dentro do modelo adotado, será cada vez mais necessário impor ao país os interesses dos capitalistas internacionais. Isto significará anular qualquer controle sobre os movimentos internacionais de capitais; continuar a reprimir os gastos públicos sociais para ampliar o espaço para pagar juros; manter taxas de lucro elevadas (o que tem significado, nos últimos anos, uma queda brutal da participação dos salários na renda, e uma ampliação geral das desigualdades sociais no país); continuar a favorecer empresas internacionais com recursos públicos (o comportamento sórdido da Ford na negociação recente com o governo do Rio Grande do Sul, e mais sórdido ainda dos governadores de estados que já se ofereceram para dar a esta empresa tudo o que ela quiser, ilustra bem o que se espera de nós); oferecer aos capitais internacionais os negócios mais lucrativos. Enfim, abdicar de qualquer dignidade nacional e qualquer sensibilidade social.

Há ainda passos importantes que o governo pode dar para piorar todo este quadro. Um deles seria dolarizar a economia, eliminando mais um instrumento da autonomia nacional. Aliás, o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, declarou ao senador Suplicy que o FMI pressionava neste sentido. Outro passo seria concretizar a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Enquanto este governo continuar — com sua estratégia econômica, com sua defesa dos interesses do capital internacional e seu desprezo pelo povo brasileiro — falar em redução da crise do ponto de vista dos trabalhadores e da nação será um total contra-senso.

JOÃO MACHADO É ECONOMISTA E MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.



conseguirá viabilizar-se economicamente a ponto de emancipar-se do suporte de algumas políticas que o apoiam. A consequência é previsível pois entre 1995 e 1997 mais de 400 mil agricultores deixaram o campo e o motivo é que a agricultura, no Real, foi a âncora verde da cesta básica e do congelamento dos salários. E foi justamente o setor da agricultura familiar, público alvo do Pronaf,

ORGANIZAÇÃO DE FÁBRICA E CHAPAS DE OPOSIÇÃO

OS METALÚRGICOS DO ABC ESTÃO REFORMULANDO SUA ORGANIZAÇÃO SINDICAL, PRIORIZANDO A IMPLANTAÇÃO NAS FÁBRICAS.

DA REDAÇÃO

O processo eleitoral no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC pôs em marcha um novo modelo com forte inserção nas fábricas. Foi isso que permitiu a liberação de energias de contestação da base cutista aos rumos que a direção histórica da entidade tomou nos últimos anos.

Pelo novo estatuto, a eleição no sindicato se dá em dois turnos. No primeiro, acontecido nos dias 14 e 15 de abril, foram realizadas eleições para Comitês Sindicais de Empresa (CSE). Serão ao todo 67 CSE, cujos membros mais os seis eleitos para a Comissão Sindical de Apontados, formarão uma direção ampliada de 192 membros. O segundo turno, no final de maio e elegerá os 27 membros da Direção, entre os quais será indicada ainda uma Executiva.

A mudança estatutária só se viabiliza graças à representatividade do sindicato nas empresas onde ocorreram eleições. Ao contrário dessa extensão do direito de representação sindical no local de trabalho, o que se vê hoje são ações das empresas, acolhidas pelo judiciário, para obrigar os sindicatos a reduzir as diretorias para 24 membros.

Por outro lado, que "apenas" tenha havido condições de eleger CSE em 67 empresas (uma minoria, ainda que sejam as de maior peso em número de trabalhadores) mostra que mesmo no mais poderoso sindicato operário cutista não há condições de estender hoje esse modelo a toda a base.

Pelo novo sistema, as eleições ao CSE são proporcionais. A chapa que obtiver 1/3 dos votos tem direito a representação proporcional no comitê. Do ponto de vista da trajetória da CUT trata-se de um recuo. Os estatutos da CUT garantem o reconhecimento dos direitos das posições minoritárias quando as mesmas atingirem 20% dos votos (quando a disputa é entre duas chapas) ou 10% (quando há mais de duas).

Porém, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a medida representa um "avanço". O processo de formação de chapas, quando vigorava o anterior estatuto, era feito em convenções por fábrica com indicação por voto majoritário.

Mas se alguma democratização alcançou a direção ampliada, houve um estreitamento ainda maior nas condições para a disputa da direção mais restrita, que terá controle do aparelho. Além não haver proporcionalidade nenhuma na eleição para essa instância, é pré-condição para compor a chapa no



segundo turno ter sido eleito a um CSE no primeiro. Até então, como em qualquer sindicato cutista, bastava ser filiado ao sindicato para poder ser candidato.

CHAPAS DE OPOSIÇÃO

Assim como o monolitismo na direção era uma característica cultivada no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC desde os tempos do Lula, também era tradicional uma rica vida política entre os trabalhadores ao interior das empresas, que se manifestava a través das disputas para as Comissões de Fábrica, mas que não se expressava ao nível da direção da entidade.

O novo estatuto abriu as portas para que essa diversidade se manifestasse em uma instância de direção do sindicato. A posição da atual direção foi representada no primeiro turno pelas "Chapas 1". Em seis empresas houve também "Chapas 2", de oposição. No primeiro turno as chapas de situação somaram 23.566 votos (80,5%) contra 5.711 votos (19,5%).

É necessário frisar que o total de votos dados às chapas que se apresentaram como oposição é expressivo porque foi obtido apenas em seis empresas. Duas delas são montadoras de grande peso no ABC. Na Scania, fábrica na qual vinte anos atrás iniciou-se a onda de greves que abalou a ditadura militar, a Chapa 2 ganhou com 52% dos quase 1.600 votos, indicando 5 dos 8 membros do CSE. Na Volkswagen, maior planta montadora do país e empresa à qual pertence Luís Marinho, presidente do Sindicato, a Chapa 2 obteve 4.865 votos (42%), e terá 10 dos 23 membros do CSE. A eleição significou um evidente avanço para o setor representado pela Chapa 2.

"O resultado da eleição na Volkswagen surpreendeu a nós e a eles", afirmou

Geovaldo Gomes dos Santos, funcionário da Volkswagen e membro da atual diretoria. Ambos lados coincidem em que a explicação da polarização tem a ver com os acordos negociados nos anos pela direção do sindicato com a empresa, ainda que interpretem os fatos desde perspectivas opostas.

Celso Routolo, o Paraná, encabeçador da Chapa 2, avalia que se trata de um "descontentamento dos trabalhadores com os acordos fechados que nos arrancaram direitos e reduziram salários". Por sua parte,

Geovaldo argumenta que "os trabalhadores tinham se acostumado a uma cultura que vem de 1992, quando com a Câmara Setorial, a gente sempre tinha ganhos econômicos. Agora estamos em outra situação conjuntural. Instalou-se uma crise no país e tempo atrás a própria fábrica ameaçava deixar o ABC, não tinha produto, discutia sua reestruturação. A responsabilidade da diretoria era ter uma ação defensiva de preservação do emprego. Os acordos assinados foram calçados na solidariedade pelo emprego. Mas a necessidade dessa mudança ainda não foi bem assimilada por uma parcela dos trabalhadores".

As seis chapas de oposição não representavam uma só posição política-sindical. No caso da Scania a chapa foi composta por petistas que questionam sobretudo a atuação do atual diretor do sindicato na fábrica. No caso da Volkswagen é uma posição hegemônica pelo MTS (corrente dirigida pelo PSTU). Há ainda outras empresas importantes onde há forte contestação à política da direção mas onde esses grupos não conseguiram apresentar chapa (como no caso da Ford onde a oposição é liderada por petistas). No caso das Chapas 1 há algumas nuances. Onde o PCdoB tem trabalho, se apresentou junto com a situação. Os militantes que foram da Articulação de Esquerda do PT e que romperam com essa corrente para não abandonar a Articulação Sindical foram, em grande parte, ou deixados de fora ou tem uma atuação discreta tendo sido enquadrados pela maioria.

Em resumo: nem há ainda um claro projeto de direção alternativa, nem a situação está mais em uma posição confortável como anos atrás. Um novo período parece ter se aberto no principal sindicato operário da CUT.

1º DE MAIO INTERNACIONALISTA

Das 15 h. até bem entrada a noite do 1º de Maio cerca de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras dos países do Mercosul se reuniram na divisa do Brasil com Uruguai, em Santana do Livramento (RS), para comemorar o Dia Internacional dos Trabalhadores.

O ato foi decidido pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e organizado pela CUT-RS. No palanque montado na divisa do Brasil e metade no Uruguai falaram representantes das centrais sindicais de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

O momento alto da manifestação foi a intervenção do governador de Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, que centrou seu discurso na oposição entre a globalização do capital e o internacionalismo dos trabalhadores.

Houve acordo entre as lideranças das centrais sindicais de propor um Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores do Mercosul para o segundo semestre deste ano. E foi decidido tomar medidas concretas para regulamentar o trabalho nas fronteiras adotando-se uma carteira de trabalho internacional.

AGORA É PERMANENTE

A CUT aceitou comparecer a cada mês e meio para discussões com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. A decisão foi tomada pela Articulação Sindical (contra a opinião de todos os outros setores da central) na sequência dos contatos feitos para garantir a parte da central nas verbas do FAT - assunto na qual a CUT foi amplamente recompensada. Agora, entra em pauta a reforma sindical. O representante da CUT na negociação saiu da reunião aceitando a orientação do ministro de "fatiar" o Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do governo em três partes a serem tratadas separadamente (financiamento dos sindicatos, poder normativo da Justiça do Trabalho e unicidade sindical). Até minutos antes da reunião com o ministro era consenso na CUT a exigência da retirada da PEC do Congresso. Também há resoluções de Plenárias Nacionais de que só seria aceitável discutir qualquer reforma de conjunto (as mudanças "picadas" na área trabalhista sindical têm provocado grandes perdas aos trabalhadores sem que fosse possível esclarecer à opinião sobre seu real significado). Mas todo acúmulo de resoluções combativas da CUT sempre pode se perder nos momentos de "exuberância negocial" da Articulação Sindical.

RESULTADOS ELEITORAIS

No Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sintufrij) a chapa formada pela frente "ecológica" da Articulação Sindical, a "Tribo" e o MTS/PSTU elegeram 10 membros para a direção, a Alternativa Sindical Socialista, 9 membros, e a chapa da direita ligada ao reitor-interventor, 8. A ASS saiu como a principal força organizada da entidade.

A chapa "Biqueira de Ação", formada por militantes da ASS, a direção combativa dos telefônicos do Paraná por 12 anos, perdeu as eleições no sindicato. Foram 1968 votos para a Chapa 2, apoiada pela Articulação Sindical, contra 1874 votos da situação. A diferença de 94 votos mostrou uma categoria politicamente dividida ao meio, mas com o setor da direita cutista em ascensão. Os companheiros de "Biqueira" já declararam que continuarão o trabalho como oposição à diretoria eleita.

AS CARTEIRINHAS E A UNE

A proximidade do Congresso da UNE coloca em evidência os debates sobre os rumos do movimento estudantil. Adolfo Wagner apresentou, no último *Em Tempo*, uma crítica à política vacilante do PCdoB diante da ofensiva neoliberal do governo contra a universidade pública. Aqui, buscamos realizar uma reflexão complementar àquela: uma avaliação da acentuada burocratização vivida pelas entidades nos últimos anos, centrada na questão das carteiras estudantis.

CARTEIRAS ESTUDANTIS

O ano de 1992 marcou profundamente o movimento estudantil em função de dois acontecimentos: as manifestações do "Fora Collor" e o advento das Carteiras de Identificação Estudantil como principal mecanismo de sustentação das entidades. Embalado pelo prestígio adquirido pela UNE e pela UBES, o PCdoB investiu com todas as suas forças para garantir que as leis municipais de meia-entrada aprovadas naquele ano não fossem objeto de questionamento. Tendo sido propostas por vereadores do PCdoB, tais leis estabeleciam que somente teriam acesso à meia-entrada os portadores de Carteiras Estudantis vendidas pela UNE e UBES.

O PT se opôs de forma enfática ao condicionamento da meia-entrada ao controle das entidades. Nos anos que se seguiram ao *impeachment* de Collor, esta foi a polêmica que gerou maior polarização nos fóruns do movimento. O resultado deste enfrentamento foi que o PCdoB acabou por aceitar que a UNE dividisse a arrecadação com os DCEs e Centros Acadêmicos. A principal consequência desta "divisão do bolo" foi o arrefecimento da luta pelo fim do controle da meia-entrada pelas entidades.

Os recursos obtido com este verdadeiro imposto estudantil propiciaram não a construção de organizações mais fortes, mas sim as condições para uma força política se eternizar no comando de seu aparelho. Teve um outro efeito, ainda mais perverso: deu origem à formação de verdadeiros bandos de burocratas juvenis, atraídos para o movimento pela possibilidade ocupar postos no aparato que permitissem o controle sobre os recursos originados pela venda de carteirinhas.

As carteiras, não são a origem do problema da burocratização das entidades. Elas são, sim, um instrumento que viabilizou um aprofundamento inédito na concepção aparatista do PCdoB. Esta é fruto da sua herança stalinista, mas diz

respeito também ao fato de que a UNE é a única vitrine disponível para a exposição da política de "União Patriótica" com a burguesia por ele defendida.

Mas a "eficácia" maior deste instrumento se revela na sua capacidade de cooptar segmentos não envolvidos com as concepções táticas e estratégicas do PCdoB para a manutenção do *status quo* nas entidades. As carteiras criaram condições para que a dinâmica da burocratização ganhasse "vida própria", uma autonomia em relação ao pano de fundo político, na medida em que oferece oportunidades de obtenção de vantagens pessoais que, nos últimos tempos, têm fugido ao controle do próprio PCdoB.

HEGEMONIA BUROCRÁTICA

As carteiras se tornam, assim, o elemento central para explicar a existência de um movimento descolado da base e dos reais anseios da maioria dos estudantes. À medida que o movimento foi alimentado com seus recursos, foi se instalando uma hegemonia burocrática e autoritária que o contaminou de cima a baixo.

Essa hegemonia se tornou visível no comportamento de vários dirigentes estudantis. O grau de profissionalismo a que chegou a militância de algumas entidades contrasta com a sua falta de estrutura. São comuns as entidades fantasmas, sem existência real na base do movimento, que movimentam milhões de reais. Farta distribuição de celulares, boas moradias, boas roupas são atrativos materiais para militantes que disputam a tapa os cargos em entidades que se afastam cada vez mais do cotidiano dos estudantes. No movimento secundarista, a situação é ainda pior. Estudantes que não passaram pela experiência de construir grêmios estudantis e que estão iniciando sua militância são guindados ao posto de dirigentes de mega-estruturas.

Isto faz com que muitos desses jovens não queiram deixar esse mundo em hipótese alguma. A correspondência com o imposto sindical obrigatório que sustenta a pelegagem é óbvia. A carteira estudantil torna-se, portanto, o centro organizador de uma nova cultura política no ME.

MECANISMOS ALTERNATIVOS

No campo da oposição de esquerda ao PCdoB, existem basicamente duas posições sobre o tema: a primeira, com a qual concordamos, considera o direito à meia-entrada uma conquista dos es-

tudantes não podendo ser condicionado pela carteira das entidades; a segunda toma como prioritária a questão da sustentação material e defende que o direito continue condicionado, mas propõe uma descentralização do processo, atribuindo a todas as entidades o direito de emitir carteiras.

As entidades estudantis precisam de sustentação material. Mas a utilização de

O MONOPÓLIO DAS CARTEIRAS ESTUDANTIS PELA UNE E PELA UBES É O PRINCIPAL ELEMENTO A PROMOVER A BUROCRATIZAÇÃO DESTAS ENTIDADES E DEVE SER DERRUBADO.

PAULA MANGOLIN E DARLAN MONTENEGRO



mecanismos que ferem os direitos dos estudantes contribui para a deformação dos objetivos destas entidades e para o fortalecimento de interesses privados (pessoais ou partidários) acima dos interesses coletivos.

O caminho para o fortalecimento material das entidades, sem perda de combatividade e das relações de solidariedade entre os estudantes, passa pelo seu prévio fortalecimento político. Uma entidade capaz de se fazer porta-voz da vontade dos estudantes é capaz de criar, pelos laços de solidariedade e representação, os mecanismos para sua sustentação, através da contribuição voluntária. A contribuição compulsória representa uma verdadeira confissão da incapacidade das entidades de se tornarem referências concretas para os seus "representados".

Nos últimos anos, ganhou força uma idéia originária entre os petistas baianos e acabou se materializando num projeto do deputado Jaques Wagner (PT-BA) na Câmara Federal: a proposta da meia-entrada para todos os jovens, até 21 anos, condicionada somente pela apresentação da Cédula de Identidade. A partir dos 21 anos, apenas os estudantes teriam acesso ao direito.

Esta proposta, se aprovada pelo Congresso Nacional, significará um avanço inquestionável neste debate. Contudo, a polêmica permanece em relação aos maiores de 21 anos. Acreditamos que é hora de lançarmos uma campanha pelo

fim da obrigatoriedade da contribuição financeira às entidades para que se faça uso do direito à meia-entrada. Isto pode ser feito através de mudanças nas leis, para que as carteiras fornecidas pelas escolas e universidades sejam válidas para o acesso à meia-entrada; outra alternativa seria a determinação de que as carteiras das entidades devam ser vendidas pelo seu preço de custo. Complementarmente, criaria-se a contribuição voluntária, a ser realizada no momento da aquisição da carteira, de acordo com a vontade do estudante. O sucesso deste mecanismo dependeria da capacidade política das entidades de convencer os estudantes de que a contribuição é um instrumento de fortalecimento da luta coletiva e que este dinheiro ajuda a construir um ensino melhor e a defender a universidade pública.

Tais propostas, ao lado de um conjunto de medidas para democratizar o movimento e desconstruir os efeitos de anos de degeneração acelerada, devem ser defendidas, no início de julho, no Congresso da UNE, onde representação, sem sombra de dúvida, um divisor de águas no interior do movimento, e um definidor da vontade das forças políticas de combater a burocratização.

PAULA MANGOLIN É DIRETORA DO DCE-LIVRE DA USP E DARLAN MONTENEGRO FOI MEMBRO DA EXECUTIVA DA UNE DE 1992 A 1995.

ASSINE O JORNAL

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 25,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 50,00

Envie seus dados (nome e endereço) juntamente com cheque nominal ao CORREIO DA CIDADANIA para Rua Dr Alberto Seabra, 1010, cj 31 CEP 05452-001 - São Paulo/SP ou deposite em conta no Banespa, agência 0451, conta 13-001552-9, nominal ao Correio da Cidadania.

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

UM CIGARRO EXPLOSIVO

Uma das alternativas para a degradação de poluição em águas e solos, tem sido o uso de bactérias e microorganismos. Mas esta técnica tem encontrado problemas, como a competição com microorganismos nativos ou ainda a necessidade de injeção de compostos - venenosos - para estimular a ação dos biodegradadores. Por outro lado, plantas parecem ser candidatas a substituir a ação de bactérias. Apesar de menos eficientes, elas podem proliferar melhor em determinados locais ou servem melhor a determinados fins, como a remoção de metais pesados, como chumbo ou cádmio.

Um passo à frente seria a combinação das propriedades de vários tipos de organismos. Neil Bruce da Universidade de Cambridge (Inglaterra) informa, na revista *Nature Biotechnology* (maio/1999), um trabalho realizado com uma versão transgênica do tabaco. Nesta versão foi introduzido um gene de bactérias que são capazes de degradar substâncias explosivas derivadas de nitrogênio, deixadas após atividades militares ou próximo à indústria militar. Plantas normais são incapazes de crescer neste ambiente.

NOVIDADES CONTRA O MAL DE PARKINSON

Como foi muito divulgado recentemente, a mais forte e promissora hipótese para a cura do mal de Parkinson, seria o transplante de células de embriões humanos para repor as células cerebrais da pessoa que sofre do mal. O mal de Parkinson é uma doença degenerativa do cérebro, onde a capacidade de controle vai se comprometendo com o tempo e atinge principalmente pessoas idosas. Esta alternativa tem gerado inúmeras controvérsias, principalmente no que diz respeito à ética e à legalidade.

Agora surge uma nova possibilidade: o transplante de células do próprio organismo da pessoa enferma. Esta alternativa já vem sendo testada com êxito em ratos e começa a ser testada em macacos. O pesquisador José Lopez-Barneo da Universidade de Sevilha (Espanha) informa na revista *Neuron* (abril/1999) informa sobre pesquisas realizadas com macacos que tinham sério comprometimento de postura, movimentos e balanço, devido à morte de células produtoras de dopamina (um opiáceo fabricado pelo próprio organismo). Assim, eles pegaram células do corpo carotidiano (no pescoço) implantado-as no cérebro, o que significou uma melhoria significativa nas funções gerais. O corpo carotidiano tem a função de controlar o suprimento de oxigênio no sangue, mas suas células tem a mesma origem embrionária que outras células do cérebro.

QUEBRA DE SIMETRIA ENTRE MATÉRIA E ANTIMATÉRIA

Mas afinal, o que é antimatéria? A matéria, como nós a conhecemos, é formada por átomos e estes átomos são formados por prótons, elétrons e nêutrons. Por sua vez, prótons são partículas com carga positiva e elétrons são partículas com carga negativa. Prótons e nêutrons formam o núcleo atômico e os elétrons "bailam" à sua volta. Pois bem, de uma maneira bem simplificada, a antimatéria é formada por átomos onde os prótons são negativos e os elétrons são positivos. Há uma simetria entre as propriedades de uma e da outra. Desta forma, quando se encontram matéria e antimatéria se aniquilam completamente, gerando energia (radiação), de acordo com a famosa fórmula de Einstein $E=mc^2$.

Matéria e antimatéria devem ter surgido no momento de criação do universo, quando a energia liberada no Big-bang foi se esfriando e matéria e antimatéria deveriam ter sido em quantidades iguais. O problema é que elas deveriam ter se aniquilado. O que vemos hoje, contudo, é um universo onde predomina a matéria, demonstrando que houve uma quebra de simetria na formação de nosso universo. Este assunto é discutido por Leandro de Paula e Miriam Gandelman (Instituto de Física/UFRJ) na última edição da revista *Ciência Hoje*. De maneira bem acessível, os pesquisadores explicam a estrutura básica da matéria e discutem as alternativas que podem explicar este aparente paradoxo na constituição do universo.

Américo Bernardes

POLÍTICA SOCIAL NA ATUALIDADE



JAMES ENSON, DEATH AND THE MARKET, 1977

O LIVRO DE ELAINE BEHRING MOSTRA COMO OS CICLOS ECONÔMICOS BALIZAM AS POLÍTICAS SOCIAIS.

SÂMBARA PAULA RIBEIRO

Uma forte tendência no pensamento político, social e econômico nega a teoria marxiana como referência analítica da realidade contemporânea. Mas em *Política Social no Capitalismo Tardio* (São Paulo: Cortez, 1998), Elaine Behring nos mostra que o caminho para a análise da realidade histórico-social deve ser trilhado buscando em Marx os fundamentos para desvendar os fenômenos sociais.

Sua obra tem uma dimensão especial nesse momento de aguda crise do pensamento de esquerda, configurando-se como fonte inspiradora para quem ainda acredita no papel emancipador da luta de classe.

A qualidade desse livro se encontra especialmente na competência e no rigor teórico-metodológico com que a autora desenvolve sua análise. Trata-se de uma investigação que parte da interrelação analítica entre o social e econômico,

em que a crítica da economia política é o pressuposto teórico para compreensão da totalidade social.

Como parte da produção teórica do serviço social, o livro constitui-se num marco diante das abordagens sobre a problemática da política social. A autora desenvolver uma poderosa reflexão crítica em torno dos limites teóricos que cercam a tradição literária nessa área, marcada pela carência de uma fundamentação em torno do sistema econômico dominante, onde é constatada a presença do politicismo, redistributivismo, ecletismo e estatismo.

Como forma de enfrentar essas lacunas encontradas nas abordagens correntes da política social, Elaine Behring desenvolve uma interlocução com a economia política marxista contemporânea. Para tanto, estabelece um diálogo crítico e competente com autores relevantes (Boccard, Baran e Sweezy, O'Connor e Aglietta) no sentido de apreender a processualidade das relações econômicas de produção e de circulação. Porém a referência principal da sua análise segue a concepção de Ernest Mandel na explicitação das determinações fundamentais do capitalismo tardio. E incorpora ainda as contribuições de David Harvey acerca da crise no padrão de acumulação e regulamentação fordista-keynesiano.

Dividido em cinco capítulos o livro comporta uma reflexão articulada na sequência em que a autora empreende sua abordagem sobre: o modo de produção

inundadas, várzeas e igapós ocupam 5 a 10% da região e, em menor expressão, aparecem cerrados e campos abertos, onde o fogo é comum e as árvores são restritas às margens dos rios e igapós. Com ecossistemas tão diferentes, a floresta amazônica abriga, em consequência, um número incalculável de espécies vegetais e animais. A biopirataria é praticada, entre outros, por sonegadores de impostos e especuladores de terras, denunciados quase diariamente pelas entidades ambientalistas.

PARQUES NO PAPEL

Mais da metade dos parques brasileiros existem apenas no papel, ou seja, apenas nos decretos governamentais que os criaram. Segundo estudo realizado pela organização ambientalista WWF (Fundo Mundial para a Natureza), alguns parques ou reservas estão em risco extremo ou apresentam alto risco de vulnerabilidade e não têm um plano de manejo atualizado. Existem 91 unidades de conservação federais no Brasil, entre parques nacionais, reservas biológicas, reservas e estações ecológicas. O WWF estudou 86 dessas

capitalista na fase monopolista; a crise fiscal do Estado contemporâneo; a produção da Escola da Regulação Francesa e o capitalismo tardio.

ESTRATÉGIAS "ANTICRISES"

Chega-se assim a uma análise da política social em perfeita articulação com a dinâmica econômica da contemporaneidade. Compreende-se, desse modo, a política social inserida no processo que move o capital na busca de super-lucros, na extração máxima de mais-valia, mediante os simultâneos processos de trabalho que integram a formação do valor das mercadorias. A busca de super-lucros ocorreu de forma específica em cada período histórico, configurando o capitalismo concorrencial, o imperialismo clássico e o capitalismo tardio.

A política social, por sua vez, surge como um fenômeno que se generaliza no trânsito do imperialismo clássico para o capitalismo tardio, através das mudanças que operam alterações nas formas pelas quais a lei do valor se expressa nos ciclos econômicos do capital. A política social aparece, portanto, como mecanismo de um conjunto de estratégias "anticrises", através da ação do Estado, que objetiva conter a queda da taxa de lucros.

Dessa forma, Elaine Behring constata que são "os ciclos econômicos que balizam as possibilidades e limites da política social". E assim confirma que "a perspectiva da totalidade permite compreender o contexto em que se movem as políticas sociais, visualizando uma ação política mais coerente e com maior efetividade na conjuntura econômica e política".

A leitura desse livro nos leva a uma aventura instigante, na passagem pela riqueza de informações históricas e apreensões teóricas, chegando a uma consistente análise das transformações contemporâneas. O texto, embora produzido no interior do serviço social, abrange também e necessariamente o campo da sociologia, da economia e da política. Interessante, portanto, a quem pretender um conhecimento rigoroso da vida social.

SÂMBARA PAULA RODRIGUES É ASSISTENTE SOCIAL E MILITANTE DO PT DE JOÃO PESSOA.

áreas, que oficialmente equivalem a 16 milhões de hectares - ou 1,86% do território nacional - e concluiu que além de proteger pouco (a média mundial é de 6%), o Brasil protege mal a sua natureza; apenas 41 parques cumprem minimamente o seu papel de conservação.

O estudo realizado pelo WWF mostra que a maioria deles (47) não foram implantados, apresentando problemas como terras não regularizadas nem demarcadas e falta de equipamentos ou funcionários para fiscalizar e administrar as áreas. A maioria delas são vulneráveis à pressões diversas, não cumprindo portanto o seu papel de proteger a natureza.

O governo federal - que na verdade quer privatizar os parques e eximir-se das responsabilidades -, deve ser pressionado a investir na efetiva implementação dos parques, destinando os recursos necessários para este fim, equipando e capacitando o IBAMA (órgão responsável pela gestão dos parques brasileiros) para realizar o seu trabalho adequadamente.

Gilberto da Silva. E-mail:gilbersil@zipmail.com.br

MEIO AMBIENTE

BIOPIRATARIA

O roubo da biodiversidade causa um prejuízo anual de pelo menos dez bilhões de dólares aos oito países amazônicos. No entanto, a região já apresenta sinais graves e visíveis do impacto causado pela ocupação desordenada que coloca em risco a própria sobrevivência da floresta. Os laboratórios farmacêuticos, sobretudo os de capital externo, estão realizando pesquisas por toda a selva à procura de plantas medicinais. Através da engenharia genética, cientistas do mundo todo orientam suas pesquisas para o Brasil, que é considerado "a maior biblioteca do mundo", pois mais do que possuir grandes montanhas de ferro, ouro e alumínio, o país possui uma diversidade biológica numerosa.

90% da floresta Amazônica é recoberta por matas de terra firme, onde predominam as grandes árvores com uma enorme diversidade de produtos como gomas, resinas, látex e madeira. As florestas



O MARXISMO E O PÓS-MODERNISMO

Perry Anderson. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. R\$ 17,00. Originalmente concebido como apresentação de uma coletânea de textos de Fredric Jameson, este livro sistematiza o debate sobre o tema no campo marxista, incorporando os estudos de Callinicos (*Contra o pós-modernismo*, de 1989), Harvey (*Condição pós-moderna*, de 1990) e Eagleton (*As ilusões do pós-modernismo*, de 1996).

Crítica das teorias da comunicação

Armand e Michèle Mattelart. História das teorias da comunicação. São Paulo: Loyola, 1999. R\$ 13,00.

Um panorama didático mas não simplificador das formulações teóricas que, neste século, procuraram compreender o fenômeno da comunicação: a ecologia humana da Escola de Chicago, a teoria dos sistemas e a cibernética, a Escola de Frankfurt, o estruturalismo francês e os "cultural studies", além traçar um quadro do debate atual.

NATUREZA E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

Mauro Leonel. A morte social dos rios: conflito, natureza e cultura na Amazônia. São Paulo: Perspectiva, 1998. R\$ 28,00.

Partindo da idéia de que a degradação ambiental é um processo social, marcado pelas desigualdades neste terreno, Leonel analisa o uso social e o gerenciamento dos rios da Amazônia e da pesca neles realizada, criticando o tratamento naturalista da questão ambiental na região e repensando a relação entre natureza e cultura.

A globalização e a organização da sociedade

Zygmunt Bauman. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. R\$ 16,00.

O sociólogo polonês, que vem ocupando um lugar cada vez mais central nesta disciplina, traça um panorama dos métodos hoje utilizados para criar e definir ambientes humanos e instituições, acelerar o tempo e comprimir o espaço. Mostra como o advento do computador se traduz no declínio do espaço verdadeiramente público.

HEGEL E A POLÍTICA

Domenico Losurdo. Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade e Estado. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998. R\$ 24,00.

Um importante esforço teórico – a partir da análise de temas como a liberdade e a igualdade, o Estado e o indivíduo, a propriedade privada e a questão social – de ressituar Hegel na tradição do pensamento político, procurando mostrar como a concepção maniqueísta que busca rotulá-lo como conservador ou liberal deforma sua visão política.

Destruição da educação

Pablo Gentili. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

Cinco ensaios que analisam aspectos das recentes reformas educacionais na América Latina, como sua base social, as novas formas de privatização da educação, as teorias do capital humano e as resistências e alternativas que vem sendo apresentadas pelos movimentos por uma escola pública democrática.

MILITÂNCIA DOS JOVENS

Janice Tirelli de Sousa. Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

Estudo da ação política dos jovens desenvolvido a partir do acompanhamento de seis grupos em Florianópolis: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o grupo Pinheiro, a Pastoral da Juventude, a União de Negros pela Igualdade de Santa Catarina, o movimento anarco-punk e o trabalho sindical dos bancários.

VAMPIROS

Frederich Jameson, marxista norte-americano, em seus estudos sobre a pós-modernidade, vista por ele como a lógica cultural do capitalismo tardio, defende que, antes de traçarmos juízos de valor repudiando-a, devemos enfrentá-la tal como Marx ao capitalismo: ela, a pós-modernidade, traz tanto avanços significativos, quanto prejuízos consideráveis.

Um destes "malefícios" seria o de uma postura esquizofrênica do indivíduo pós-moderno, descolado de sua história e espaço. Esta esquizofrenia, como não poderia deixar de ser, manifesta-se claramente nas artes, não fugindo o cinema deste fenômeno.

Assim, cada vez mais, vemos filmes lotados de citações, porém vazias (pastiche), onde o artista, descompromissado de tudo, está livre para ter, por exemplo, como único objetivo, ganhar dinheiro.

Longe de defender uma postura de engessamento da liberdade artística, fato é que o "artista" parece condenado a não mais interferir na realidade, mas apenas retratá-la, de uma maneira quase positivista, "neutra".

Todavia este discurso de "neutralidade" é tão falso quanto perigoso. A indústria cinematográfica, leia-se cinema clássico americano, sempre serviu a um senhor, desde, por exemplo, adocicados filmes de Frank Capra, cartões de visitas do "modo de vida americano", até as baixas produções de ficção científica dos anos cinquenta, disseminadoras da paranóia da Guerra Fria.

E são estas produções B, de orçamento baixo, com temática de terror e/ou ficção científica, que o diretor John Carpenter, em cartaz com o filmes *Vampiros* (*John Carpenter's Vampires* - EUA, 1998) costuma homenagear.

John Carpenter não é um autor, no sentido de uma filmografia regular. Possui cults, de gosto discutível, como seu filme de estréia *Dark Star* (1974) e pérolas de singularidade como *Christine, o Carro Assassino* (*Christine*, 1983). Porém, acima de tudo, demonstra possuir um grande domínio da linguagem cinematográfica, em filmes como o excelente *A Beira da Loucura* (*In The Mouth of Madness*, 1994), um grande momento para quem gosta do gênero terror.

Somente por este quadro, uma produção como *Vampiros* não poderia passar despercebida, mesmo frente a um grande número de estréias, muitas até mais interessantes, tanto em conteúdo quanto em estética.

No entanto, o que chama a atenção em *Vampiros* não é a estética regular, a fotografia e a montagem, ou boa direção de atores. Não é o roteiro bem costurado, nem a plenitude da linguagem clássica do cinema. Sequer são as lendárias e sempre atraentes figuras míticas de vampiros. Não. O filme chama a atenção porque, em sua pretensa "leveza" trás em si uma teia de preconceitos

e um discurso agressivamente imperialista. Eis o *story line*: um grupo de caça vampiros do Vaticano é traído e cai em uma emboscada, somente dois sobrevivem e, junto com uma prostituta em fase de "vampirização", desenvolvem um jogo de gato e rato com um vampiro poderosíssimo, que deseja dominar os demais vampiros e tomar à terra, tudo isto regado a cenas de muito sangue e nús femininos.

Simples e descomprometido divertimento? Vejamos as entrelinhas: na primeira seqüência, o chefe dos caça-vampiros (James Wood) explica que os vampiros, ao contrário das lendas, são "feios e fedidos" (sic). Quando a caçada inicia notamos que estes ignóbeis seres são: *mexicanos!* Na seqüência seguinte o grupo, que é composto por várias etnias incluindo um negro e um índio, é dizimado, em meio a uma orgia com a "benção" do membro do Vaticano, regada a prostitutas e bebidas. Os dois sobreviventes? O líder dos caça-vampiros (Wood) e seu ajudante (Daniel Baldwin), dois *norte-americanos*, que carregam a prostituta, de nome *Katrina* (Sheryl Lee), como uma espécie de radar para capturar o vampiro Valek, que nasceu em *Praga!*

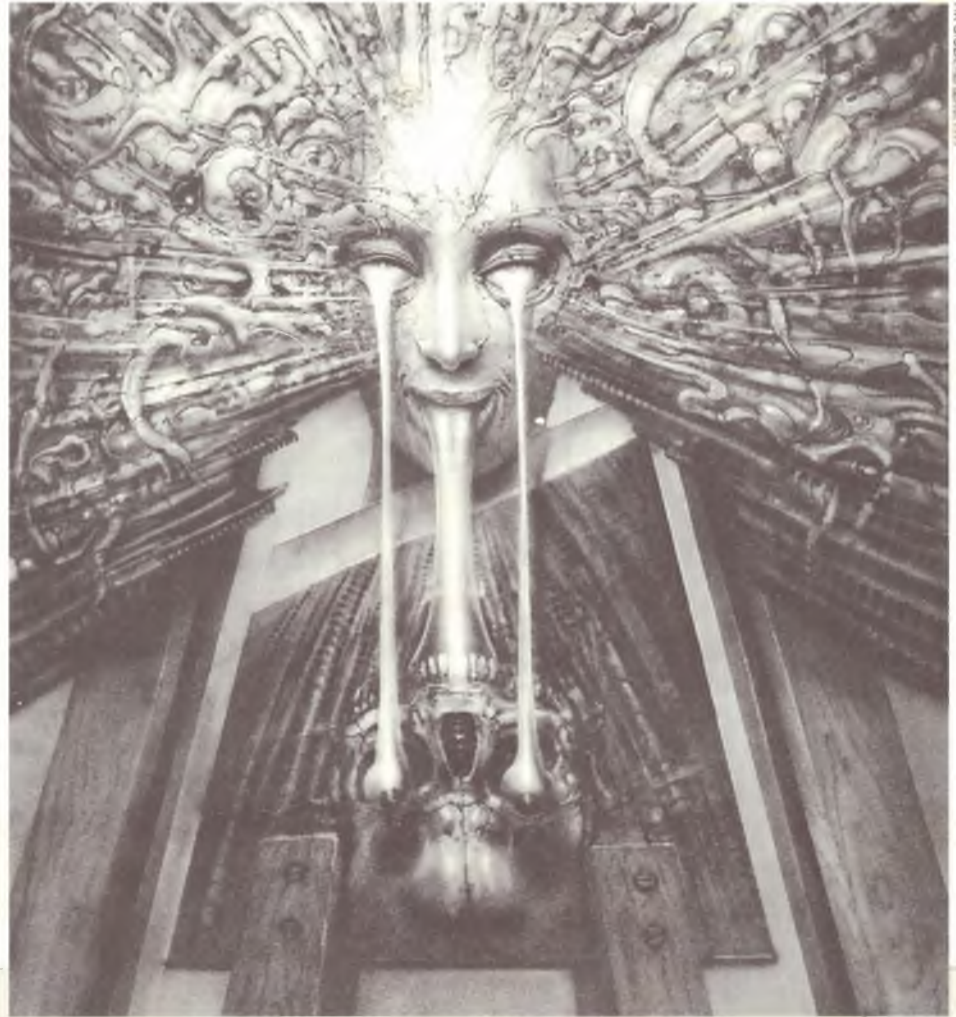
Não satisfeito em demonstrar a superioridade física e mental dos estadunidenses, John Carpenter ainda nos "premia" com preconceitos de gênero (piadas contra homossexualismo) e violência contra a mulher (a toda hora a prostituta é esbofetada e ofendida). Claro que os "heróis", coitados, são obrigados a usar de expedientes como suborno, tortura, brutalidade gratuita, a fim de salvar o mundo dos "fedidos" latinos e dos corrompidos europeus. Nós já vimos este filme antes... e não foi nas telas.

Coitados dos norte americanos! Além de salvar o mundo ainda por cima têm de baixar o nível de seus roteiros, recheando-os de explosões e poucos diálogos, a fim de serem entendidos por nós, consumidores dos países pobres, como afirmou a diretora Nora Ephron (*Sintonia de Amor e Mensagem para Você*).

Resta, então, a pergunta: se o público americano deixou de ir ao cinema, vitimado pelo baixo padrão do mercado externo (leia-se: nós), porque os EUA continuam insistindo em estabelecer políticas de monopólio cinematográfico em outros países?

Finalmente somos os vilões, impondo algo à indústria cinematográfica norte-americana! Quem sabe, como represália, eles nos coloquem de castigo de, nos privando dos adocicados e banais filmes de Nora Ephron? Enquanto não exorcismos estes demônios, não podemos perder de vista o compromisso do artista, e público, brasileiro em construir o cinema brasileiro, para muito além da esquizofrenia pós-moderna, para muito além do cinema rebaixado e de exportação de Orfeu e Tietas.

Luciana Rodrigues



O LIVRO DE JUAREZ GUIMARÃES CONTRIBUI PARA A RECUPERAÇÃO DO CARÁTER LIBERTÁRIO DO PENSAMENTO DE MARX, NUMA COMPREENSÃO DIALÉTICA DA RELAÇÃO ENTRE DETERMINISMO E SUBJETIVIDADE.

EMIR SADER

As relações entre marxismo e liberalismo ganharam força quando a crítica ao socialismo soviético se centrou no tema da democracia. Se na maior parte dos países o liberalismo se associou ao pensamento conservador, foi na Itália que, pela especial trajetória do liberalismo na resistência ao fascismo, surgiu o que se autodenominou “socialismo liberal”.

Essa corrente, formulada originalmente por Carlo Rosselli tem, como sua referência, Keynes, do ponto de vista econômico; mas, sobretudo, coloca ênfase num ponto de vista ético que valoriza a liberdade como valor supremo. Na sua visão, o socialismo seria, “em primeiro lugar revolução moral e em segundo transformação material”. Ao resgatar essa concepção, Norberto Bobbio se tornou o expoente mais conhecido dessa tendência. Ao fazê-lo, Bobbio colocou ênfase em algumas diferenciações – presentes sobretudo em *Liberalismo e democracia*, mas constando praticamente de toda sua obra em relação ao liberalismo e ao socialismo –, sempre tendo em mente que se tratava do socialismo marxista. A principal delas, referente ao liberalismo, é sua pertinente diferenciação entre o liberalismo econômico e o liberalismo político, esclarecendo que não somente não são solidários como, ao contrário, costumam andar separados. Assim, o primeiro teria seu centro no *laissez faire* e, para ele, Bobbio reserva o nome de “liberismo”, enquanto que o segundo seria a teoria do Estado de direito, da cidadania, da sociedade civil, para o qual Bobbio mantém o nome de liberalismo. Quando à diferenciação com o socialismo marxista, Bobbio resgata de Rosselli na introdução que faz a *Socialismo liberal*, que o marxismo seria “dominado pela categoria da *necessidade*, e não pela da *possibilidade*”.

DEMOCRACIA, NECESSIDADE E LIBERDADE

As origens libertárias do marxismo passaram a ser questionadas quando a primeira forma de existência histórica de um Estado anticapitalista desembocou num regime não-democrático. A partir daquele momento, com a adesão da social-democracia à concepção liberal de democracia, instalou-se dentro da esquerda um questionamento da relação entre marxismo e democracia. De críticas libertárias pela esquerda a visões conservadoras social-democratas ou liberais, se acumularam os questionamentos ao marxismo, em geral na mesma direção dos de Rosselli, como uma visão determinista que não daria conta dos fatores subjetivos e abriria caminho para



JOÃO CÂMARA, SCENEF (PA BRUGUIER LUX, 1993)

DEMOCRACIA E MARXISMO

concepções totalitárias da história.

O livro de Juarez Guimarães “pega o touro pelos chifres”, vai direto ao centro do debate – a natureza do marxismo como instrumento analítico de compreensão do mundo e de sua transformação. Um acerto de contas com o liberalismo se tornou indispensável, não pelo liberalismo clássico, mas precisamente pelos desafios lançados por Bobbio – o melhor dos interlocutores do marxismo neste aspecto – nos anos setenta, a respeito da existência ou não de uma teoria do Estado no marxismo. Juarez Guimarães contribui efetivamente para uma recuperação do caráter libertário do pensamento de Marx, buscando numa compreensão dialética a relação entre necessidade e liberdade, entre determinismo e subjetividade, entre a dinâmica forças produtivas/relações de produção e aquela entre as classes em luta, a chave para a utilização do marxismo em toda sua riqueza.

Ele o faz apoiado na melhor companhia teórica, no resgate do que de melhor o marxismo produziu neste século e meio de existência, especialmente no século XX, em que o marxismo foi o ator central das grandes polêmicas, que se deram ou em seu interior, ou contra ele, ou buscando alternativas a ele. A lista de autores estudados e analisados vale, por si só, como demonstração da riqueza e do pluralismo de enfoques produzidos a partir de Marx.

DE CABEÇA PARA BAIXO

Entre nós, o liberalismo ganhou contornos particulares. Se na Europa era a ideologia da burguesia ascendente contra o feu-

dalismo e o Estado absolutista, identificado com a industrialização e, de alguma forma, com a democratização com todos os seus contornos mercantis, na periferia capitalista sua inserção se deu de cabeça para baixo. No Brasil, por exemplo, o liberalismo foi a ideologia da hegemonia primário-exportadora, assentada no intercâmbio desigual com as metrópoles, dominante ao longo do século passado e da primeira república. Já nasceu convivendo com a escravidão e, portanto, assumindo sua cara liberista, conforme a diferenciação de Bobbio e distanciando-se completamente do Estado de direito, dos direitos de cidadania e da sociedade civil gramsciana.

Ao contrário da Europa, a burguesia industrial se refugiou no protecionismo getulista para conseguir impor a estratégia de substituição de importações insurgindo-se, portanto, contra o liberalismo tal qual ele se assentou entre nós. O liberalismo não foi, assim, uma ideologia “fora de lugar”, conforme a expressão consagrada, se levamos em conta as pertinentes diferenciações de Bobbio. Caso contrário, estaríamos atribuindo ao liberalismo virtudes que ele não possui, conforme os textos de Marx já denunciavam.

O getulismo – assim como o peronismo – assumiu uma ideologia antiliberal econômica e politicamente, sendo confundido, pelo que incorporou de Mussolini, com o fascismo. Os próprios membros da esquerda marxista incorreram nessa confusão, em determinado momento. O PC argentino, por exemplo, aliou-se à direita e ao próprio governo norte-americano contra Perón, que defendia um programa nacionalista e, portanto, antiliberal.

O Estado também passou a ser identificado – em analogia com o liberalismo europeu – como um elemento totalitário, alheio à liberdade e à democracia. Dentro do próprio pensamento de esquerda contemporâneo chegou-se a reivindicar a ausência do Estado nas negociações entre patrões e empregados, num estilo digno do *laissez-faire* clássico. Ao invés de lutar por uma refundação do Estado, a esquerda tende a cair na armadilha posta entre o nacionalismo autárquico ou o liberalismo livre-cambista.

A prática costuma ser implacável diante dos erros teóricos. Se não é esta que transforma sem mediações a realidade, ela a ilumina, como condição da transformação consciente do mundo. Na crise atual da esquerda e do socialismo há uma dimensão propriamente teórica, que precisa ser encarada como tal. Ela inclui um trabalho teórico de acerto de contas com temas e com experiências históricas, para que se reabra o caminho da luta por uma sociedade sem exploração, sem dominação e sem alienação, hoje travado por obstáculos, alguns dos quais Juarez Guimarães ataca com coragem e competência. Ninguém sairá incólume da leitura de seu livro. Pela minha leitura, sai enriquecido o marxismo e desnudado o liberalismo, condição para que o socialismo recupere sua intrínseca dimensão libertária.

EMIR SADER É SOCIÓLOGO E PROFESSOR DA UFRJ. ESTE TEXTO É O PREFÁCIO DE **DEMOCRACIA E MARXISMO: CRÍTICA DA RAZÃO LIBERAL**, JUAREZ GUIMARÃES (SÃO PAULO: ED. XAMÃ, 1999).

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT DISTRIBUÍDA ÚNICAMENTE E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS